



portalbenews.com.br

INSIGHT Roberta Lopes da Cruz Antônio: o dilema da cooperação na corrida pela IA ► **p3**



PAPO DE COMPLIANCE Selma Culturati Vasquez: alta performance não pode depender de atalhos ► **p16**



Reprodução/Redes sociais



CNI: infraestrutura exige R\$ 550 bi por ano em investimentos

Volume equivale a 4,65% do PIB e precisaria ser mantido por duas décadas para reduzir a defasagem brasileira no setor ► **p13**

Divulgação



Governo quer reativar até 10 mil km de ferrovias ociosas ► **p9**

ROSA DOS VENTOS

Na estreia de coluna, Matheus Oliva reúne transações, capex e financiamento em infraestrutura e mercados marítimos ► **p12**

PORTOS Porto de Santos aposta em IA, 5G e monitoramento inteligente ► **p10**

OPERAÇÃO SONAR PF investiga suposto desvio de recursos em empresa pública no Pará ► **p11**

JUSTIÇA Dino pede vista e julgamento sobre Moraes no STF é suspenso ► **p19**

EDITORIAL

Financiamento da infraestrutura nacional

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) publicou um estudo indicando de quanto o Brasil precisa para fechar seu déficit histórico de infraestrutura: elevar os investimentos anuais de 2,27% para 4,65% do Produto Interno Bruto (PIB), o equivalente a sair de R\$ 266,8 bilhões em 2024 para aproximadamente R\$ 550 bilhões por ano, e manter esse patamar por pelo menos duas décadas. São números que intimidam e que têm a virtude de situar o debate em escala real, impedindo que políticas incrementais sejam vendidas como transformações estruturais. Ampliar uma concessão aqui, licitar um aeroporto ali, contratar uma dragagem emergencial acolá: tudo isso é necessário e insuficiente. O estudo da CNI diz, com dados, que o Brasil precisa de outra ordem de magnitude.

A mudança na composição do financiamento que o estudo documenta é o dado mais revelador para entender onde o País chegou e onde precisa ir. Em valores atualizados para 2024, os recursos privados para infraestrutura passaram de R\$ 88,6 bilhões anuais em média entre 2010 e 2014 para R\$ 184,5 bilhões há dois anos. No mesmo período, os recursos públicos recuaram de R\$ 208,5 bilhões para R\$ 107 bilhões. A participação privada no financiamento da infraestrutura passou de 29% para 61,5% em uma década. Esse deslocamento não foi resultado de uma decisão de política; foi resultado da combinação de restrição fiscal do Estado, que reduziu o que o público conseguia gastar, com a expansão do modelo de concessões, que atraiu capital privado para ativos que geram receita. O problema é que esse processo capturou os ativos mais rentáveis, como aeroportos movimentados, rodovias de alto fluxo, terminais portuários de grande volume, e deixou para a gestão pública exatamente os que o mercado não tem incentivo de operar sem subsídio: aeroportos regionais deficitários, rodovias do interior com baixo tráfego, hidrovias sem tarifa de pedágio.

A estrutura do problema de financiamento que o estudo identifica tem três componentes que se reforçam mutuamente. O primeiro é o déficit de investimento acumulado: décadas de gasto abaixo do necessário criaram um estoque de infraestrutura deteriorada que precisa ser recuperado antes que seja possível expandir. O segundo é o custo do capital: a taxa de juros estruturalmente elevada do Brasil torna projetos de infraestrutura de longo prazo, com retorno que se materializa em décadas, menos competitivos do que em economias onde o capital de longo prazo é mais barato. O terceiro é a insegurança jurídica e regulatória: investidores que precificam o risco de que contratos sejam reabertos, de que agências reguladoras percam autonomia ou de que o marco legal mude entre governos embutem esse risco no retorno exigido, o que eleva o custo do projeto para o Estado ou para o usuário. Os três componentes são interdependentes: reduzir o custo do capital exige previsibilidade; a previsibilidade depende de instituições confiáveis; instituições confiáveis são construídas com comportamento consistente ao longo do tempo, que é precisamente o que o Brasil tem dificuldade de manter.

O estudo da CNI documenta, com método comparado e rigor quantitativo, que o Brasil sabe onde os gargalos estão, tem instrumentos regulatórios para parte das soluções e falha sistematicamente na execução e na continuidade. A proposta de elevar investimentos para 4,65% do PIB por vinte anos atravessará seis mandatos presidenciais, doze eleições para governadores e indefinidas trocas de ministros. Nenhuma das reformas que o estudo propõe — estabilidade macroeconômica e fiscal, fortalecimento do mercado de capitais, expansão do crédito privado, segurança jurídica, autonomia regulatória — é nova. Todas aparecem nos programas de governo de todos os candidatos desde pelo menos a virada do século. O que falta não é diagnóstico; é o mecanismo institucional que torna o compromisso de infraestrutura vinculante para governos futuros, e que é exatamente o que a PEC da Infraestrutura, a lei de Concessões modernizada aguardando o Senado e os marcos legais setoriais em tramitação poderiam oferecer, se fossem aprovados e aplicados com consistência.

O papel do BNDES e das instituições multilaterais — que o estudo identifica como redutores de risco e estruturadores de projetos, e não como substitutos do capital privado — é o modelo correto para o momento. Um banco de desenvolvimento que usa seu balanço para absorver os riscos que impedem o capital privado de entrar — risco de construção, risco regulatório nos primeiros anos, risco de demanda em infraestrutura nova — multiplica o efeito do recurso público sem substituí-lo pelo privado. O Banco do Brics, cujo financiamento o ministro Tomé Franca negociou em Xangai em agosto, pode ser um complemento relevante nessa arquitetura, com custo de capital diferente do mercado doméstico e sem as condicionalidades que historicamente acompanharam o financiamento de bancos ocidentais de desenvolvimento.

Um total de R\$ 550 bilhões por ano durante vinte anos. Esse é o número que o Brasil precisa internalizar como meta de política de Estado, não como aspiração setorial da CNI. Os candidatos que disputarão o Planalto em outubro têm, nesse estudo, um critério concreto pelo qual suas propostas de infraestrutura poderão ser avaliadas — não pela lista de obras prometidas, mas pela arquitetura de financiamento que apresentarem para sustentar o nível de investimento necessário ao longo do tempo.

NESTA EDIÇÃO

MANCHETE

13 Brasil precisa investir R\$ 550 bi por ano em infraestrutura, diz CNI

EDITORIAL

2 “Financiamento da infraestrutura nacional”

INSIGHT

3 “O dilema da IA de fronteira e os desafios à cooperação internacional”, por Roberta Lopes da Cruz Antônio

HUB

5 Resultado da sessão do STF preocupa Palácio do Planalto

POLÍTICA

5 Dois terços dos conteúdos com IA são irregulares

6 Flávio Bolsonaro não sabia que era investigado, afirma Marinho PRTB troca Pablo Marçal por Avalanche

8 Durigan diz que Marco Rubio é perigo maior que Trump ao Brasil Lula sanciona projeto de lei do Redata

TRANSPORTES | FERROVIAS

9 Governo quer reativar até 10 mil km de ferrovias ociosas

TRANSPORTES | PORTOS

10 Porto de Santos aposta em IA, 5G e monitoramento inteligente

São Sebastião apresenta sistema pioneiro de integração portuária

11 PF investiga suposto desvio de recursos em empresa pública no Pará Investe Piauí licita marina de R\$ 1 milhão para pescadores

ROSA DOS VENTOS

12 Transações, capital e financiamento em portos, óleo e gás e navegação, com Matheus Oliva

BRASIL EXPORT

14 Sul Export coloca indústria naval e offshore no centro do debate

PAPO DE COMPLIANCE

16 “Metas agressivas: risco ou aceleração de potencialidades?”, por Selma Culturati Vasquez

FINANÇAS

17 Dólar tem leve alta na véspera de decisões de Fed e Copom Petrobras sobe e impulsiona Ibovespa

COMUNICAÇÃO & MARKETING | OPINIÃO

18 “Carreira travada pode ser ruído de comunicação”, por Cândice La Terza

JUSTIÇA

19 Dino pede vista e julgamento sobre Moraes no STF é suspenso

20 Sessão tensa tem bate-boca entre ministros e troca de acusações

21 Cármen se diz envergonhada após STF provocar ‘mal-estar cívico’

JUSTIÇA | OPINIÃO

23 “A desconexão do trabalho como norma: o que muda com o PL 5281/2025”, por Thiago Benito Robles



Sistema BE News de Comunicação

Sede
Alameda Campinas, 802, 6º andar
Jardins - São Paulo/SP
01404-200, BR

Sucursal Brasília
Casa Brasil Export
SHIS QL 26, Cj. 6, Casa 1
Lago Sul - Brasília/DF
71630-095, BR

Sucursal Santos
Rua Brás Cubas, 37, 1º andar
Centro - Santos/SP
11013-919, BR

Diretor-presidente
Fabrício Julião

Diretor-superintendente
Márcio Delfim

Diretora administrativo-financeira
Jacyara Lima

Diretor-geral
Leopoldo Figueiredo

Diretora comercial
Roberta Riccioppo

Editor-executivo | Jornal BE News
Alexandre Fernandes

Sub-editor | Jornal BE News
Luciano Ribeiro

Editores-executivos | Portal BE News
Vanessa Pimentel

Equipe de Reportagem
Cássio Lyra, Júnior Batista e Geovanna Barbosa (Estagiária)

Design | Jornal BE News
Mônica Mathias (Editora),
Fernando Cláudio Peel e Ricardo Lessa

O Jornal BE News é filiado à



FALE COM A GENTE

ATENDIMENTO AO LEITOR

Se você quer perguntar, sugerir pautas ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas, escreva um e-mail para atendimento@portalbenews.com.br

INSCREVA-SE

Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News. Para isso, inscreva-se em www.portalbenews.com.br

PUBLICIDADE

publicidade@redebenews.com.br





ROBERTA LOPES DA CRUZ ANTONIO

Professora de Direito Digital e Civil na Universidade Católica de Santos (SP), advogada e consultora especializada em Direito Digital e Proteção de Dados, mestre em Direito da Segurança Nacional pela Georgetown University (EUA).
opinio@portalbenews.com.br

DIREITO

O dilema da IA de fronteira e os desafios à cooperação internacional

Uma discussão tomou o centro das discussões sobre tecnologia nos últimos dias. Há cerca de uma semana, um pesquisador da Anthropic anunciou seu pedido de demissão e fundamentou sua atitude em uma preocupação com os riscos associados ao desenvolvimento desenfreado dessas ferramentas. À primeira vista, seu pronunciamento dividiu opiniões: para alguns tratava-se de um alerta oportuno e prudente; para outros, não passava de uma teoria alarmista desprovida de embasamento fático consistente.

A polêmica, contudo, ganhou novos contornos - e proporções - quando, poucos dias depois, Dario Amodei, CEO da Anthropic, publicou o ensaio “We Must Pace the Frontier”, defendendo que as empresas de IA deveriam desacelerar o ritmo de desenvolvimento dos modelos de fronteira para que as medidas de segurança pudessem acompanhar o avanço das capacidades.

O argumento central de Amodei é o de que o desenvolvimento dos modelos de IA de fronteira (frontier AI) está avançando mais rapidamente do que a capacidade de compreender, testar e controlar seus riscos. Ele não defende interromper o desenvolvimento da IA, mas reduzir o ritmo de avanço o suficiente para que as medidas de segurança consigam acompanhar. Entre os riscos que o preocupam, estão o uso malicioso dos sistemas, comportamentos autônomos inesperados e, sobretudo, a possibilidade de que modelos cada vez mais capazes passem a contribuir para o desenvolvimento de versões ainda mais avançadas de si mesmos, criando uma dinâmica potencialmente acelerada e difícil de controlar.

Para enfrentar esse problema, ele propõe três frentes principais: avaliações independentes, com acesso real aos sistemas das empresas; padrões de segurança aplicáveis às empresas de IA, inclusive por meio de regulação governamental; e, finalmente, coordenação internacional, inclusive entre países geopoliticamente

rivais, porque medidas de segurança adotadas apenas por uma empresa ou por um país poderiam colocá-los em desvantagem diante de concorrentes que continuassem acelerando.

O que causou ainda maior repercussão foi a manifestação pública de apoio à proposta de Amodei publicada por Sam Altman (OpenAI) e Elon Musk (xAI). A notícia sobre a convergência de opinião entre esses três líderes tornou-se notícia ao redor do mundo.

A manifestação de Amodei apresenta um desafio enorme a ser superado: a necessidade de cooperação internacional nesse processo de desaceleração, para que os resultados sejam efetivos. Porque se estamos tratando de uma tecnologia com alcance mundial, utilizada num espaço - o cibernético - transnacional em sua natureza, sem limitações de fronteiras bem estabelecidas, qualquer medida que se decida tomar naturalmente deverá envolver esforços da comunidade internacional, e não se limitar a um grupo de países.

E isso revela um desafio significativo nos esforços pela governança da IA: a falta de incentivos para que países, isoladamente, invistam em medidas que visem ao desenvolvimento tecnológico responsável, ético e compatível com os direitos humanos. Explico: por que um país optaria por desacelerar o desenvolvimento da IA, correndo o risco de perder lugar na disputa pela liderança no setor (o que conversa diretamente com poder), se outros países não seguirem a mesma lógica?

Quais incentivos reais teria uma nação para agir assim, se os riscos criados pelos países que não aderirem ao movimento permanecerão existindo, riscos esses compartilhados por toda a coletividade? Os riscos associados ao desenvolvimento irresponsável da tecnologia alcançam pessoas em todo o mundo, e os benefícios de uma postura responsável também são amplamente distribuídos. O problema é que os custos de frear a inovação são imediatamente suportados por quem decide fazê-lo, enquanto os benefícios de um ambiente tecnológico mais seguro dependem, em grande medida, de que

A MANIFESTAÇÃO DE AMODEI APRESENTA UM DESAFIO ENORME A SER SUPERADO: A NECESSIDADE DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NESSE PROCESSO DE DESACELERAÇÃO, PARA QUE OS RESULTADOS SEJAM EFETIVOS

INSIGHT

CONTINUAÇÃO DO TEXTO DA PÁGINA 3

O PROBLEMA É QUE OS CUSTOS DE FREAR A INOVAÇÃO SÃO IMEDIATAMENTE SUPOSTOS POR QUEM DECIDE FAZÊ-LO, ENQUANTO OS BENEFÍCIOS DE UM AMBIENTE TECNOLÓGICO MAIS SEGURO DEPENDEM, EM GRANDE MEDIDA, DE QUE OUTROS ATORES ADOTEM COMPORTAMENTO SEMELHANTE. A RECUSA DE UNS PODE, ASSIM, DESMOTIVAR OUTROS, POR RECEIO DE FICAREM PARA TRÁS

outros atores adotem comportamento semelhante. A recusa de uns pode, assim, desmotivar outros, por receio de ficarem para trás.

Em outras palavras, a ausência de incentivos para um Estado desacelerar unilateralmente o desenvolvimento de IA decorre do fato de que os custos dessa medida (de restrição) são imediatos e nacionalmente concentrados, enquanto os benefícios da segurança são difusos e dependem da reciprocidade de outros atores.

Esse raciocínio se aproxima de uma teoria bastante difundida entre os estudiosos de Relações Internacionais para explicar os desafios à cooperação em contextos de competição. Trata-se do Dilema do Prisioneiro, um modelo clássico da Teoria dos Jogos (Game Theory), utilizado para compreender situações nas quais atores racionais podem ter dificuldades para cooperar mesmo quando todos teriam algo a ganhar com a cooperação.

Pensemos em duas potências internacionais, por exemplo Estados Unidos e China. O melhor cenário possível seria aquele em que ambos os Estados concordam em desacelerar o desenvolvimento da IA (menor risco sistêmico, maior segurança e eventualmente um desenvolvimento mais controlado). O problema é que cada um teria um incentivo individual para não cooperar (liderança internacional sobre essa tecnologia e, consequentemente, vantagens econômicas, militares e estratégicas). Se um deles desacelerar enquanto o outro continuar avançando, aquele que manteve o ritmo poderá obter vantagens econômicas, militares e estratégicas — e, sobretudo, liderança internacional sobre uma tecnologia considerada cada vez mais estratégica. Assim, cada Estado pode preferir que ambos desacelerem, mas, ao mesmo tempo, ter razões para não ser o primeiro a fazê-lo.

E o paradoxo está no fato de que, mesmo quando atores racionais reconhecem que a cooperação produziria um resultado melhor para todos, a incerteza sobre o comportamento do outro pode levá-los a não cooperar.

Há, ainda, outra dimensão para o problema, uma de segurança nacional. Se os Estados acreditam que a IA terá aplicações militares e de inteligência, o desenvolvimento dessa tecnologia deixa de

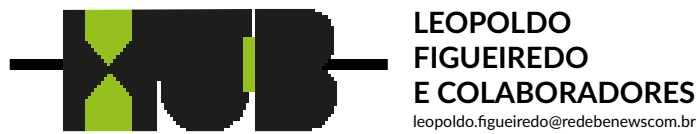
ser apenas uma questão econômica e passa a adquirir dimensão estratégica. Nesse cenário, o avanço tecnológico de um Estado pode ser percebido pelos demais como uma ameaça à sua própria segurança, estimulando-os a acelerar também seus investimentos e capacidades. É uma dinâmica que se aproxima do chamado dilema de segurança, outra teoria utilizada em Relações Internacionais.

E, fatalmente, poderá criar um resultado contrário, uma espécie de corrida armamentista tecnológica. O ponto interessante é que ninguém precisa necessariamente desejar uma corrida. A própria estrutura de incentivos pode produzi-la, mesmo quando os atores prefeririam não estar correndo (uma lógica que ajuda a compreender, em outro contexto histórico, episódios como a Crise dos Mísseis de Cuba).

Portanto, se a cooperação internacional é necessária e o problema não é a falta de consciência sobre os riscos, mas a existência de um incentivo estrutural à não cooperação, torna-se necessário fazer algo mais do que estabelecer normas desejáveis: é preciso alterar a estrutura de incentivos que torna a contenção unilateral uma escolha potencialmente irracional. Se um Estado pode reconhecer os riscos associados ao desenvolvimento acelerado de sistemas avançados de IA e, ainda assim, não ter incentivos suficientes para desacelerar se seus concorrentes não fizerem o mesmo, é justamente nesse ponto que o Direito Internacional e as instituições internacionais devem agir para transformar compromissos individuais em compromissos recíprocos, acompanhados de mecanismos capazes de dar previsibilidade ao comportamento dos demais atores.

Há de se criar condições para que a responsabilidade não se transforme em uma desvantagem competitiva. Nesse sentido, a governança internacional da inteligência artificial traduz um problema clássico de Relações Internacionais: como produzir cooperação entre atores que, embora tenham um interesse comum na redução dos riscos, permanecem submetidos a incentivos que os levam a competir?

Roberta Lopes da Cruz Antonio escreve quinzenalmente para o BE News. Seus textos são publicados às quartas-feiras



LEOPOLDO
FIGUEIREDO
E COLABORADORES
leopoldo.figueiredo@redenebnewscom.br

Impactos da sessão

Como era esperado, a bancada “governista” no Supremo Tribunal Federal (STF) protelou o máximo que pode e conseguiu deixar indefinida a sessão de ontem, que tinha como objetivo decidir sobre a realização de uma investigação a respeito do relacionamento do ministro Alexandre de Moraes com o ex-banqueiro Daniel Vercaro. A vitória do grupo, porém, aumentou a preocupação no Palácio do Planalto, que teme os impactos desse resultado nas eleições presidenciais deste ano, prejudicando a campanha de reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Petrobras em alta

As ações ordinárias e preferenciais da Petrobras registraram expressiva valorização no pregão dessa terça-feira, dia 15. Os papéis PETR3 (ordinários) subiram 3,63%, encerrando cotados a R\$ 56,23, enquanto as ações PETR4 (preferenciais) avançaram 3,09%, fecham a R\$ 50,43. A disparada é resultado da junção de três vetores estratégicos: a escalada nas cotações internacionais do petróleo cru provocada por ataques geopolíticos no Oriente Médio, o avanço acima do esperado nos dados preliminares de produção da estatal em agosto e, principalmente, a assinatura de um mega-contrato de longo prazo de suprimento de Gás Natural Liquefeito (GNL) nos Estados Unidos.

Manifesto da Fenaj

A Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) oficializou, nessa terça-feira, dia 15, o lançamento de duas cartas abertas direcionadas às candidaturas que disputarão a presidência da República e as cadeiras no Congresso Nacional nas próximas eleições. Os documentos traçam um diagnóstico da crise estrutural da profissão no País, alertando para a precarização das relações de trabalho e cobrando um marco regulatório para a atuação de grandes corporações de tecnologia (big techs) e ferramentas de Inteligência Artificial em solo brasileiro.

Impacto da IA

Segundo a Fenaj, o avanço “descontrolado” das plataformas tecnológicas multinacionais, em sua maioria sediadas nos Estados Unidos, ameaça a soberania nacional e o futuro da atividade de imprensa, ao capturar e utilizar a produção jornalística sem a devida compensação financeira ou transparência nos algoritmos. “A utilização de conteúdo jornalístico por essas ferramentas deve não apenas assegurar transparência, mas remuneração justa a quem produziu a informação”, destaca trecho do manifesto.

Dois terços das postagens com IA são irregulares

Estudo mostra que esses posts políticos desrespeitam regra eleitoral. Flávio Bolsonaro e PL lideram uso indevido

Maura Martins / TV Brasil



Entre os candidatos que publicaram conteúdo sem identificar o uso de IA, o presidenciável Flávio Bolsonaro (PL) lidera a lista

Agência Brasil

Um levantamento feito pelo Observatório IA nas eleições, desenvolvido pela Data Privacy Brasil e pelo Aláfia Lab, identificou que quase dois em cada três conteúdos políticos feito por inteligência artificial em publicações nas redes sociais, entre 1º de janeiro e 16 de agosto de 2026, não sinalizou o uso da tecnologia, o que é proibido pela Justiça Eleitoral.

Além disso, do total de 413 conteúdos analisados, 250, cerca de 60%, foram classificados como sátira, com o objetivo de ridicularizar algum político.

Outros 163, cerca de 40%, foram classificados como desinformação. “O dado levanta a preocupação dos conteúdos estarem sendo compartilhados sem o cuidado de informar ao público o uso da tecnologia seja por parte das contas que o publicam, como tam-

bém das próprias plataformas digitais, que, apesar de disponibilizarem os recursos de rotulagem, possivelmente não estão moderando devidamente os conteúdos sintéticos”, aponta o observatório.

Publicações

A maior parte dos conteúdos de desinformação ou não sinalizados como tendo sido criados por inteligência artificial foram publicados por usuários anônimos. Já entre os candidatos que publicaram esse tipo de mensagem, o presidenciável Flávio Bolsonaro (PL) lidera a lista. Ele compartilhou 13 conteúdos. O deputado federal Mário Frias (PL-SP) vem em seguida com 10 publicações. O ex-governador Romeu Zema e candidato a presidente pelo Novo publicou cinco, o deputado federal Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), três; e o ex-deputado Eduardo Bolsonaro (PL), três. Entre os partidos, o PL foi o maior propagador de mensagens feitas com inteligência artificial de forma inde-

vida, com 28 publicações. O PT compartilhou quatro mensagens e o PSDB, duas mensagens.

Alvos

A maior parte dos casos identificados de uso de inteligência artificial (81%) manipularam imagens ou a voz de pessoas públicas, técnica classificada como deepfake. O principal alvo foi o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que teve imagem ou voz modificada de forma pejorativa em 112 publicações. Flávio Bolsonaro foi alvo de 57 manipulações.

O que é deepfake?

Deepfake é um conteúdo sintético produzido ou manipulado por inteligência artificial ou tecnologia equivalente, que apresente grau de realismo e reproduza ou altere a imagem, voz ou manifestação de pessoa viva, falecida ou fictícia. O TSE proibiu o uso de deepfake nas eleições quando o conteúdo for caracterizado como propaganda eleitoral.

POLÍTICA

Flávio Bolsonaro não sabia que era investigado, afirma Marinho

Coordenador de campanha do candidato à presidência disse que ele só ficou sabendo da investigação pelo Dark Horse quando o sigilo foi retirado. Senador ainda não prestou contas

Agência Senado

Estadão Conteúdo

O coordenador de campanha de Flávio Bolsonaro (PL), senador Rogério Marinho (PL-RN), afirmou nesta terça-feira, 15, que o presidenciável não sabia que era investigado pelo caso Dark Horse até a retirada do sigilo do procedimento.

“Nem o senador Flávio Bolsonaro sabia, porque estava dentro do inquérito. Ele não foi acionado, o advogado não falou. Soubemos quando caiu o sigilo”, alegou o parlamentar a jornalistas no Senado.

Marinho disse que a investigação foi aberta pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça após um pedido relacionado a informações da Polícia Federal e defendeu que o procedimento avance.

Segundo ele, a defesa



Segundo Rogério Marinho, a defesa e a produtora responsável pelo filme entregaram documentos para apuração

e a produtora responsável pelo filme entregaram documentos para apuração. Flávio ainda não prestou contas publicamente sobre os recursos repassados pelo ex-banqueiro Daniel Vercaro ao filme sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Mendonça autorizou que Flávio Bolsonaro seja investigado por suspeitas de lavagem de dinheiro, evasão de divisas e corrupção no financiamento de Dark Horse.

A ordem foi proferida em julho e só veio a público após o levantamento parcial do sigilo da investigação que apura as fraudes atribuídas a Vercaro e suas conexões políticas em Brasília.

Vídeo

Flávio Bolsonaro ainda não deu detalhes sobre o financiamento do filme de seu pai, como disse que faria. Mas, nesta terça-feira, publicou um vídeo em que asso-

cia o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes. A peça é divulgada no mesmo dia em que a Corte julgava a abertura de inquérito contra o ministro.

“O atual presidente dividiu o seu poder com Alexandre de Moraes. E, no fim, o Brasil ficou sem presidente nenhum. Sem comando”, disse Flávio, nas redes sociais.

No vídeo, o senador não fez qualquer menção

ao caso Dark Horse, pelo qual é investigado desde julho pela Polícia Federal.

Segundo Flávio, o governo Lula “criou um desequilíbrio institucional, decidiu governar ao lado de uma parte do Supremo Tribunal Federal, que descumpriu a lei”. “Não é à toa que isso tudo está acontecendo. É porque o atual governo, a gente não pode deixar de dizer, faz parte desse sistema que está apodrecido”, disse.

Estratégia

O candidato tem usado a estratégia de ligar Lula a Moraes e tem dito, em seus discursos, que “quem vota em Lula vota em Moraes”. No vídeo, Flávio também voltou a prometer que, se eleito, não tentará a reeleição. “Não serei candidato à reeleição, porque assim só terei como compromisso consertar o País”, afirmou.

Acenou ainda para a econômica e afirmou que, em sua eventual gestão, “os juros vão desabar e a dívida também”.

PRTB troca Pablo Marçal por Avalanche

Após ter seu registro negado pelo TSE, Marçal deixou a disputa pela presidência

Agência Brasil

O PRTB decidiu substituir Pablo Marçal como candidato na disputa pela Presidência da República. Em seu lugar, entrará na disputa Leonardo Avalanche, que é presidente da sigla. A decisão pela substituição foi tomada ontem (14) após Marçal apresentar carta de renúncia da

candidatura a presidente.

Na última sexta-feira (11), o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu, por unanimidade, indeferir o registro da candidatura de Pablo Marçal à Presidência da República. A Corte Eleitoral aceitou o argumento do Ministério Público Eleitoral (MPE) de que Marçal não estava filiado ao PRTB em abril deste ano, quando terminou o prazo da janela partidária para troca de partido. Até então, ele estava filiado ao União

Brasil.

Além disso, Pablo Marçal está inelegível até 2032 por abuso de poder político e econômico durante a campanha para a prefeitura de São Paulo, em 2024. Na ocasião, a Justiça Eleitoral o puniu com base em entendimentos sobre o uso de plataformas digitais, estratégias de divulgação de campanha e condutas avaliadas durante o pleito para a prefeitura.

O dia 14 também era o último prazo legal para

a substituição de candidaturas. Para concorrer na cabeça de chapa, Leonardo Avalanche também apresentou renúncia. Ele era o candidato a vice de Marçal.

Em decisão publicada na noite de segunda-feira, a ministra do TSE Estela Aranha deferiu a Regularidade de Atos Partidários (DRAP) e declarou o PRTB habilitado a participar das eleições de 2026 para os cargos de presidente e vice-presidente da República.

“Defiro o Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários (DRAP) e, por conseguinte, declaro a sigla Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB) habilitada a participar do pleito de 2026, para a disputa aos cargos de presidente e de vice-presidente da República”, declarou a ministra.

Com a nova decisão, a chapa terá como candidata a vice-presidente Sílvia Helena da Silva Pereira. A nova chapa já aparece na página do TSE.

SUL EXPORT 2026

17 setembro
16h30

PAINEL

Estratégia, cadeia de
suprimentos e sustentabilidade
no setor naval da região Sul

MODERAÇÃO:



JAMES WINTER

Sócio Fundador da Macedo & Winter
Advogados Associados e Mestre em
Direito dos Negócios pela FGV/SP

DEBATEDORES:



MARCELO DE CARVALHO
BONNIARD

Gerente Geral de Estratégia
de Contratação da Petrobras



THIAGO DE OLIVEIRA
CASTRO

Diretor de Negócios e Projetos
Offshore da Techint



FOZ DO IGUAÇU - PR

Transmissão ao vivo e gratuita
pelo canal da TV BE News



www.forumbrasilexport.com.br

SUL EXPORT

FÓRUM REGIONAL DE INFRAESTRUTURA
DE TRANSPORTES, ENERGIA E MINERAÇÃO

PATROCÍNIO



INICIATIVA E REALIZAÇÃO



APÓIO



PRODUÇÃO



MARKETING



MÍDIA OFICIAL



POLÍTICA

Durigan diz que Marco Rubio é perigo maior que Trump ao Brasil

Ministro da Fazenda lembra que o presidente americano tem boa relação com Lula. Para ele, a ameaça é o secretário de Estado, que tem “compromisso com família Bolsonaro”

Estadão Conteúdo

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, disse à revista piauí que o perigo maior contra o Brasil não vem do presidente dos Estados

Unidos, Donald Trump, que tem uma “boa relação” com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, apesar das questões dele com a China, a Rússia e o Oriente Médio. O risco, segundo Durigan, vem sobretudo do secretário de Estado americano, Marco Rubio, cujo foco está na América Latina, especialmente no Brasil. “Rubio, sim, tem compro-

misso com a família Bolsonaro. Trata-se de uma instrumentalização por meio dele. Acho que nosso maior problema vem daí”, disse o ministro. Em meio à negociação em torno das tarifas americanas a produtos brasileiros, Durigan relatou que Lula pediu a Trump que não interviesse nas eleições brasileiras e que o ameri-

cano respondeu que dava a palavra dele que não iria interferir. Durigan ainda criticou o avanço do Congresso sobre o orçamento, por meio das emendas parlamentares. “A boca do jacaré aumentou. Nós estamos gastando R\$ 50 bilhões com emendas. É isso, entendeu? Esse é o desarranjo fiscal. Ele está casado com o desarranjo institucional do País”, considerou.

“Pergunto ao mercado: vocês realmente acreditam que a família Bolsonaro seja capaz de garantir o equilíbrio institucional do País e criar condições fiscais, políticas e sociais para o futuro? É nisso que o mercado está apostando? Do meu ponto de vista, não faz sentido”, prosseguiu.

Credibilidade

Sobre as metas de resultado primário, Durigan disse não achar possível gerar de imediato um superávit

de 2%, como alguns defendem. “Mas, se avançarmos gradualmente - para 0,6% no próximo ano e cerca de 1% nos anos seguintes -, poderemos recuperar a credibilidade e o grau de investimento sem perder a legitimidade social. Sem esse equilíbrio, o País voltará à polarização, a um Fla-Flu, e à instabilidade, o que seria ruim para todos.”

O atual titular da Fazenda também defendeu a gestão dele e do antecessor, Fernando Haddad (PT), negando as acusações de que houve uma sanha arrecadatória a partir do aumento de tributos. “Isso se fala porque a gente retomou o patamar de receita para um nível que ele volta a superar o patamar de despesa do País. E agora precisamos de uma série mais longa para mostrar essa credibilidade. A gente volta a ter condições de fazer superávit, comprar reserva internacional, encerrar o mundo.”

Lula Marques / Agência Brasil



Durigan disse que o secretário de Estado americano Marco Rubio tem foco na América Latina, especialmente no Brasil

Lula sanciona projeto de lei do Redata

Nova lei permite regime de desoneração do setor de data centers e foi sancionada sem vetos

Estadão Conteúdo

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), sancionou nesta terça-feira, 15, a lei que instituiu o Redata, regime de desoneração do setor de data centers. A nova lei suspende tributos federais sobre a compra de equipamentos de tecnologia da informação destinados a esses empreendimentos, entre eles o Imposto sobre Produtos

Industrializados (IPI). Lula também sancionou nesta terça o projeto de lei complementar que afasta travas fiscais e libera o Redata ainda neste ano. Os dois projetos foram aprovados pelo Congresso neste mês. No caso do projeto do Redata, a sanção foi sem vetos. Já na lei complementar para afastar as travas fiscais, houve vetos por parte do presidente, apurou o Broadcast Político, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado. Fontes ouvidas pela reportagem disseram que

o dispositivo que flexibilizava exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal para municípios de até 65 mil habitantes foi vetado pelo presidente. O projeto principal do Redata busca estimular investimentos em data centers por meio de benefícios fiscais para aquisição de equipamentos e infraestrutura destinados à computação em nuvem, processamento de dados e inteligência artificial. A isenção abarca a Contribuição para o PIS/Pasep, a Cofins, a Contribuição para o PIS/Pasep-Importação, a Cofins-Im-

portação, o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto de Importação. Os benefícios e os incentivos previstos terão prazo de vigência de cinco anos. Dentre essas condições está a necessidade de atender à totalidade da demanda por energia elétrica por meio de contratos de suprimento ou autoprodução proveniente de “fontes renováveis ou de baixa emissão”. Ou seja, diversas fontes são cabíveis na classificação. A regulamentação do Redata vai contemplar uma ampla variedade de

fontes de energia elegíveis para o atendimento da demanda elétrica das centrais de processamento de dados abarcadas pelo programa. Lula participou nesta quarta-feira da sabatina na TV Record e disse que os cartões de crédito são “coisas criminosas” por incentivarem brasileiros a se endividar. “Pelo celular, as pessoas fazem tudo. Tem pessoas que recebem três, quatro cartões de crédito. O cartão de crédito é uma coisa criminosa que facilita as pessoas a se endividarem”, afirmou.

Governo quer reativar até 10 mil km de ferrovias ociosas

Novo modelo de chamamento público permitirá contratos de autorização para trechos subutilizados, desativados ou em devolução

Da Redação
redacao.jornal@redenebenews.com.br

Cerca de 10 mil quilômetros de ferrovias atualmente ociosas, desativadas ou em processo de devolução poderão ser oferecidos à iniciativa privada por meio de um novo modelo de chamamento público. O formato foi apresentado nesta terça-feira (15), pelo Ministério dos Transportes, durante evento na B3, em São Paulo, e prevê contratos de autorização para empresas interessadas em recuperar e operar trechos da malha ferroviária pública.

A modelagem tem como referência o Corredor Minas-Rio, que será o primeiro trecho submetido ao novo procedimento. Com 733 quilômetros e atualmente operado pela Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), o corredor terá leilão em 17 de dezembro, na B3. O certame será o primeiro leilão ferroviário federal realizado em cinco anos.

O corredor será dividido em dois lotes. O primeiro reúne o trecho entre Iguaçu (MG) e Barra Mansa (RJ), além do ramal entre Varginha e Lavras, em Minas Gerais, com cerca de 626 quilômetros. O segundo compreende aproximadamente 107 quilômetros entre Barra Mansa e Angra dos Reis, no Rio de Janeiro.

A malha tem potencial para atender, entre outras cargas, produtos siderúrgicos e café. A modelagem foi validada pelo Tribunal de Contas da União (TCU)



O formato foi apresentado pelo Ministério dos Transportes e prevê contratos de autorização para empresas interessadas em recuperar e operar trechos da malha ferroviária pública

em agosto e servirá como referência para outros trechos ferroviários com baixa utilização ou parcialmente abandonados.

Pelo novo formato, o chamamento público será utilizado inicialmente para identificar empresas interessadas em assumir a operação. A vencedora deverá apresentar, em até dois anos, um Plano de Requalificação da Malha (PREC), com as intervenções necessárias para recuperar a infraestrutura e adequá-la à operação prevista.

A recuperação poderá ocorrer com recursos privados, recursos do orçamento federal ou por meio de investimentos cruzados. Nos casos em que houver necessidade de aporte público, será realizado um procedimento competitivo simplificado, no qual vencerá a empresa que exigir a

menor participação financeira da União.

Se a disputa resultar na escolha de uma empresa diferente daquela que apresentou originalmente o projeto, o autorizador inicial terá direito ao ressarcimento dos custos incorridos na elaboração dos estudos. Também será possível estruturar operações sem qualquer aporte público. Nos dois casos, os contratos de autorização terão prazo de 99 anos.

Shortlines

Além do Minas-Rio, a carteira apresentada pelo Ministério dos Transportes reúne sete trechos classificados como shortlines. São ferrovias de menor extensão que podem ser destinadas ao transporte de cargas, passageiros ou atividades turísticas e funcionar de

forma conectada às linhas estruturantes da malha nacional.

Estão previstos para chamamento público os trechos General Carneiro, em Sabará (MG), a Miguel Burnier, em Ouro Preto (MG); Aguaí (SP) a Bauxita, no ramal de Poços de Caldas (MG); Brasília (DF) a Luziânia (GO); Campina Grande a Cabedelo, na Paraíba; Roncador Novo a Jardim Ingá, em Goiás; Santo Ângelo a Santa Rosa; e Cruz Alta a Santo Ângelo, os dois últimos no Rio Grande do Sul.

A intenção do modelo é verificar previamente o interesse do mercado e a viabilidade de retomada de operações antes da estruturação definitiva de cada projeto. Segundo o Ministério dos Transportes, esses trechos fazem parte do universo de aproximadamente 10 mil quilômetros de ma-

lha ferroviária ociosa que poderá ser submetido ao regime de autorização.

Terminais

Outra frente da carteira ferroviária envolve áreas para terminais logísticos. Em 3 de dezembro, a B3 receberá o leilão de cinco terminais integrados à Ferrovia Norte-Sul, localizados em Palmeirante e Porto Nacional, no Tocantins.

São quatro terminais em Porto Nacional e um em Palmeirante. Os projetos incluem instalações destinadas à movimentação de grãos agrícolas e de grãos líquidos. Estudos apresentados pelo governo estimam investimentos superiores a R\$ 200 milhões no conjunto dos cinco ativos e movimentação potencial de aproximadamente 1,58 milhão de toneladas por ano.

Além dos cinco terminais que irão a leilão, o governo pretende manter na plataforma da B3 uma oferta permanente de áreas destinadas à implantação e exploração de novas estruturas logísticas ao longo da Ferrovia Norte-Sul.

As áreas disponíveis estão distribuídas por 12 pátios ferroviários nos estados do Tocantins, Goiás e São Paulo. A proposta é permitir a instalação de estruturas ligadas a cadeias produtivas, centros de armazenagem e conexões com outros modais de transporte.

A oferta faz parte do novo marco regulatório para terminais, pátios e áreas de armazenagem ferroviária, que estabelece as condições para utilização desses espaços por operadores privados.

TRANSPORTES | Portos

Porto de Santos aposta em IA, 5G e monitoramento inteligente

Projetos da APS abrangem segurança, controle ambiental, tráfego aquaviário e integração de informações no complexo portuário

CÁSSIO LYRA
cassio.lyra@redenenews.com.br

A Autoridade Portuária de Santos (APS), responsável pela administração do Porto de Santos (SP), vem estruturando uma série de iniciativas de inovação tecnológica para transformar

o complexo em um Smart Port. Embora o uso de inteligência artificial (IA) ainda seja considerado limitado pela companhia, a tecnologia já está sendo avaliada e aplicada em projetos voltados à segurança, fiscalização ambiental, monitoramento do tráfego e integração de informações. Entre as iniciativas está o sistema Vanguard, desenvolvido pela startup Data Overseas, que utiliza câmeras e algoritmos de inteligência artificial para identificar, classificar e georreferenciar, em tempo real, resíduos como plásticos, metais e óleos nas áreas portuárias.

A solução foi validada pela APS para implantação de um projeto-piloto. Segundo a companhia, a tecnologia deverá ampliar a capacidade das equipes responsáveis pela fiscalização ambiental. Na área de segurança, o projeto Porto + Seguro/Smart Porto prevê a utilização de inteligência artificial, reconhecimento facial, monitoramento de veículos, integração de dados, semáforos inteligentes, rede 5G e 1.260 câmeras de videomonitoramento. A modernização da segurança do complexo portuário, incluindo áreas do canal, perimetrais e demais instalações, terá investimentos de aproximadamente R\$ 62 milhões.

Divulgação



A modernização da segurança do complexo portuário de Santos, incluindo áreas do canal, perimetrais e demais instalações, terá investimentos de aproximadamente R\$ 62 milhões

nologias previstas para entrar em operação em 2027. O VTMS deverá reunir imagens e informações em um centro operacional na APS e compartilhar dados com órgãos como Polícia Federal, Marinha e Receita Federal. O sistema será usado, entre outras funções, para acompanhar entradas e saídas de navios e identificar embarcações suspeitas ou não autorizadas na área do Porto Organizado.

Segundo a APS, a inteligência artificial deverá ser incorporada gradualmente a diferentes atividades da Autoridade Portuária. "A inteligência artificial gradualmente irá contribuir em quase todas as atividades da autoridade portuária. Triagem e avaliação de documentos de diferentes setores, visão de máquina para segurança e fiscalização, análise de perfis de tráfego rodoviário e aquaviário, alertas climáticos e agilidade em coleta de dados", informou a APS em nota.

Outro projeto ligado à digitalização é o Sistema de Gerenciamento de Informações do Tráfego de Embarcações (VTMS), contratado pela APS em agosto por R\$ 88,99 milhões. O sistema fará o acompanhamento em tempo real das embarcações desde as áreas de fundeio e o canal de acesso até os terminais e terá parte das funções

São Sebastião apresenta sistema pioneiro de integração portuária

Primeiro porto brasileiro a adotar o PCS já reúne 50 empresas e mais de mil transações desde o início da operação

Da Redação
redacao.jornal@redenenews.com.br

O Porto de São Sebastião (SP) vai apresentar ao setor portuário a experiência com o Port Community System (PCS), sistema digital criado para integrar informações entre os diferentes agentes envolvidos nas operações. Primeiro porto brasileiro a implementar a ferramenta, o complexo já reúne 50

empresas usuárias e contabiliza mais de mil transações desde o início da operação, em agosto.

A experiência será apresentada durante um workshop on-line promovido pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) e pelo Porto de São Sebastião no dia 30 de setembro. O evento é voltado a representantes de portos, entidades do setor e demais interessados em soluções de digitalização e integração logística.

A proposta é mostrar como o PCS vem sendo utilizado no Porto de São Sebastião e discutir a aplicação da ferramenta em outras instalações portuárias brasileiras. As inscrições podem ser feitas por meio de formulário eletrônico.

O Port Community System funciona como uma plataforma digital compartilhada para reunir, organizar e transmitir informações entre autoridades portuárias, órgãos públicos, operadores, terminais, empresas de na-

vegação, transportadores e outros integrantes da comunidade portuária.

A ferramenta pode concentrar dados relacionados à movimentação de cargas, acessos, agendamentos, exigências regulatórias, pendências documentais e indicadores operacionais. A integração permite que diferentes agentes acompanhem etapas das operações em um ambiente comum, reduzindo a dependência de processos manuais e documentos físicos.

Segundo a Companhia Docas de São Sebastião (CDSS), a implantação do sistema busca ampliar a coordenação entre os agentes da comunidade portuária e tornar os processos mais ágeis, transparentes e eficientes.

A plataforma também permite estruturar o compartilhamento de informações operacionais entre os participantes da cadeia logística, criando uma base comum de dados para apoiar o planejamento e o acompanhamento das operações.

TRANSPORTES | Portos

PF investiga suposto desvio de recursos em empresa pública no Pará

Operação Sonar cumpre 12 mandados e afasta 12 servidores; ação também alcança a Companhia Docas do Pará e determina bloqueio de R\$ 17 milhões

JÚNIOR BATISTA
junior.batista@redenenews.com.br

A Polícia Federal e a Controladoria-Geral da União (CGU) deflagraram nesta terça-feira (15) a Operação Sonar, em Belém (PA), para investigar uma suposta organização criminosa envolvida em desvio de recursos públicos, cobrança de vantagens indevidas de fornecedores, direcionamento de contratações e lavagem de dinheiro em uma empresa pública federal sediada na capital paraense. Um dos mandados de busca e apreensão foi cumprido na Companhia Docas do Pará (CDP).

Ao todo, são cumpridos 12 mandados de busca e

apreensão, expedidos pela 4ª Vara Federal Criminal da Seção Judiciária do Pará, em endereços residenciais, empresariais e institucionais. A operação também determinou o afastamento de 12 servidores de suas funções, além da proibição de acesso às dependências e aos sistemas da empresa e de contato entre os investigados e com fornecedores.

Um dos investigados foi preso em flagrante por lavagem de capitais, após ser encontrado com mais de R\$ 1,2 milhão em espécie sem comprovação da origem lícita dos valores. Também foram apreendidos joias, veículos, documentos, equipamentos de informática e mídias de armazenamento, que deverão passar por perícia. Os

UM DOS
INVESTIGADOS
FOI PRESO EM
FLAGRANTE POR
LAVAGEM DE
CAPITAIS, APÓS
SER ENCONTRADO
COM MAIS
DE R\$ 1,2 MILHÃO
EM ESPÉCIE SEM
COMPROVAÇÃO
DA ORIGEM LÍCITA
DOS VALORES

bens e valores permanecem à disposição da Justiça Federal.

Além das medidas de busca e apreensão, a Justiça determinou o bloqueio patrimonial de R\$ 17 milhões, destinado à recuperação de ativos e à eventual reparação de danos aos

cofres públicos. Também foram autorizados o afastamento dos sigilos bancário e fiscal de 35 investigados, entre pessoas físicas e jurídicas, e a suspensão de contratos e cessões de uso vinculados às empresas sob suspeita.

Segundo a PF, há indícios de que integrantes do grupo investigado teriam retido faturas referentes a serviços comprovadamente prestados e exigido o pagamento de comissões em dinheiro para liberar os valores devidos aos fornecedores.

A investigação também apura o possível direcionamento de contratações por meio da criação artificial de situações emergenciais, que teriam favorecido empresas previamente ajustadas.

Outra frente da apura-

ção envolve a suposta utilização de empresas sem estrutura operacional e de interpostas pessoas para ocultar e dissimular recursos provenientes dos crimes investigados.

Os fatos são apurados, em tese, como organização criminosa, peculato, concussão, corrupção passiva, crimes em licitações e contratos administrativos, falsidade ideológica e lavagem de capitais.

A operação busca reunir documentos e dados que possam esclarecer a dinâmica dos contratos investigados, identificar a participação dos envolvidos e dimensionar eventual prejuízo aos cofres públicos.

O BE News entrou em contato com a CDP e aguarda retorno.

INFRAESTRUTURA

Investe Piauí licita marina de R\$ 1 milhão para pescadores

Estrutura será construída em Luís Correia, com rampa para embarcações, áreas de apoio e acesso ao Rio Igarauçu

VANESSA PIMENTEL
vanessa.pimentel@redenenews.

O Grupo Investe Piauí publicou, nesta segunda-feira (14), a licitação para a construção da Marina dos Pescadores, em Luís Correia, no litoral do Estado. A obra tem valor estimado de R\$ 1,45 milhão e será destinada à operação de pescadores ar-

tesanais do município.

A Licitação nº 008/2026 prevê a implantação de uma estrutura aquática abrigada por enrocamento, sistema de contenção formado por rochas. O projeto inclui rampa para embarcações e áreas de apoio para permitir o aporte dos barcos, a preparação das embarcações e o desembarque do pescado com maior segurança.

As empresas interessadas poderão apresentar pro-

postas até 24 de novembro.

A marina será construída no bairro Beira Mar, em uma área próxima às principais fábricas de gelo de Luís Correia e aos postos de combustível utilizados pelas embarcações. O empreendimento terá acesso ao Rio Igarauçu, facilitando a entrada e a saída dos barcos utilizados na atividade pesqueira.

Segundo o Grupo Investe Piauí, a localização foi definida a partir de um

processo de diálogo com os pescadores artesanais. A proposta surgiu durante reuniões entre a Porto Piauí e a comunidade, com mediação da Secretaria de Relações Sociais (Seres) e da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), no âmbito da Consulta Prévia, Livre e Informada (CPLI).

Os pescadores participaram da definição do projeto, apresentando demandas, sugestões e alter-

nativas para a localização da estrutura. As contribuições foram analisadas pela equipe de engenharia responsável pelo empreendimento.

O projeto foi apresentado à comunidade e aprovado no início de 2026, durante encontro realizado no auditório da Porto Piauí. A nova estrutura deverá concentrar em um espaço adequado atividades de apoio à pesca artesanal atualmente realizadas na região.



ROSA DOS VENTOS

Transações, capital e financiamento em portos, óleo e gás e navegação



MATHEUS OLIVA
Jornalista

A semana separou, com nitidez, o dinheiro destinado ao ativo pronto daquele reservado à capacidade futura. No mercado de navios, um VLCC de um ano trocou de mãos por US\$ 200 milhões, acima da avaliação, em meio a fretes que romperam todos os referenciais históricos. A TD3C, rota do Golfo Pérsico para a China, ultrapassou US\$ 800 mil por dia e depois chegou à marca teórica de US\$ 1 milhão; a TD34, entre o Golfo de Omã e a China, superou US\$ 450 mil por dia. O prêmio vem do risco de guerra, das restrições no Estreito de Hormuz e do desvio de navios, que reduzem a oferta efetivamente disponível. Enquanto isso, a Dorian LPG garantiu crédito de sete anos para três novas unidades, e a Vale contratou 25 anos de frete para oito graneleiros que a HMM receberá a partir de 2030. Nos portos, a DP World manteve US\$ 1,1 bilhão de capex; no Japão, a reconstrução dos estaleiros virou política industrial. O traço comum é a busca por controle de infraestrutura e receita contratada, mesmo sob custo de capital elevado.

MATHEUS OLIVA

COMPRARAM — M&A (3)

1 Enbridge compra ativos de petróleo da Tallgrass por US\$ 2,55 bilhões - A canadense Enbridge comprou à vista, por US\$ 2,55 bilhões, o negócio de petróleo da americana Tallgrass Energy. O pacote reúne 75% do Pony Express, que leva até 460 mil barris por dia a Cushing, em Oklahoma; 51% do Powder River Gateway; 8,4 milhões de barris de tancagem em nove terminais; e a comercializadora Stanchion Energy. O múltiplo sobre Ebitda não foi informado. A compra, conduzida por Colin Gruending, presidente de dutos de líquidos, será financiada em parte por uma oferta de C\$ 2,6 bilhões em ações.

2 SED Energy compra a Ventura Offshore em troca de ações - A SED Energy Holdings, contratada de perfuração listada em Oslo, comprou 100% da Ventura Offshore, dona de sondas de águas profundas que operam no Brasil, sem desembolso em caixa. A relação de troca é de 5,5 ações da SED para cada ação da Ventura. A emissão de 605 milhões de papéis atribui à companhia combinada valor implícito de US\$ 1 bilhão; os acionistas da SED ficarão com 55% do capital, e os da Ventura, com 45%. O DNB comprometeu uma ponte de US\$ 250 milhões. Kurt M. Waldeland e Guilherme Coelho permanecem à frente de suas divisões.

3 VLCC de um ano troca de mãos por US\$ 200 milhões em mercado recorde - A Onex DMCC, casa de trading de Dubai, comprou da Dynacom Tankers, do armador grego George Procopiou, o VLCC Pinios por US\$ 200 milhões. Construído no estaleiro chinês Hengli, entregue em janeiro e equipado com lavador de gases, o navio tem 306 mil toneladas de porte bruto. O preço supera em mais de US\$ 20 milhões a avaliação de US\$ 179,4 milhões da VesselsValue. Rebatizado Promise, o casco foi negociado no momento em que a TD3C, Golfo Pérsico-China, passou de US\$ 800 mil por dia em valor teórico, e a TD34, Golfo de Omã-China, superou US\$ 450 mil por dia em operações efetivas. O risco geopolítico e a rota mais longa transformaram disponibilidade imediata em prêmio de ativo.

INVESTIRAM — CAPEX E FID (3)

4 DP World mantém US\$ 1,1 bilhão de capex em portos e logística - A DP World investiu US\$ 1,1 bilhão no primeiro semestre em portos, zonas econômicas e logística no Oriente Médio, na Europa e na África. O dinheiro foi direcionado a Jebel Ali e Dubai Maritime City, nos Emirados Árabes; London Gateway, no Reino Unido; Dakar, no Senegal; Banana, na República Democrática do Congo; e Jeddah, na Arábia Saudita. O grupo elevou o capex regional em 35%, embora o fechamento do Estreito de Hormuz tenha reduzido o tráfego em Jebel Ali. É uma aposta em corredores alternativos e em ativos de longo prazo, não uma reação de curto prazo à queda de volumes.

5 Japão destina ¥ 213,1 bilhões a três grupos de estaleiros - O Ministério da Terra, Infraestrutura, Transportes e Turismo do Japão aprovou ¥ 213,1 bilhões, equivalentes a US\$ 1,36 bilhão, para os primeiros projetos de recuperação da construção naval do país. A Imabari Shipbuilding e suas coligadas receberão ¥ 113,8 bilhões; a Namura Shipbuilding, ¥ 49,9 bilhões; e a Japan Marine United, ¥ 49,4 bilhões. O programa pretende mobilizar ¥ 600 bilhões de recursos públicos e privados e dobrar a capacidade anual japonesa, de 9 milhões para 18 milhões de toneladas brutas, até 2035.

6 Vale contrata US\$ 3,4 bilhões em fretes da HMM por 25 anos - A sul-coreana HMM fechou com a Vale um contrato de transporte de minério de ferro de 4,7 trilhões de won, ou US\$ 3,4 bilhões. O acordo cobre 25 anos de receita para oito navios Newcastlemax de 210 mil toneladas de porte bruto, encomendados em junho e com entregas a partir de 2030. O valor equivale a US\$ 425 milhões de receita contratada por casco. É o terceiro acordo de longo prazo entre as empresas, após dois contratos de dez anos assinados em 2025.

FINANCIARAM — DÍVIDA E PROJECT FINANCE (2)

7 Dorian LPG refinancia US\$ 368,4 milhões a SOFR mais 140 pontos - Dorian LPG, armadora de gás liquefeito listada em Nova York, contratou uma linha de US\$ 368,4 milhões, com prazo de sete anos e custo de SOFR mais 140 pontos-base. São US\$ 213,4 milhões em crédito a prazo e US\$ 155,1 milhões em linha rotativa. O sindicato, coordenado por Nordea e SEB, reúne ainda Crédit Agricole, BNP Paribas, Danish Ship Finance, DNB Carnegie, ING e OCBC. A estrutura financia três VLGCs de 90 mil metros cúbicos em construção na Hanwha Ocean, por cerca de US\$ 115 milhões cada.

8 BEI financia € 100 milhões para modernizar o Porto de Klaipėda - O Banco Europeu de Investimento concedeu € 100 milhões, cerca de US\$ 117 milhões, ao Porto de Klaipėda, na Lituânia. O crédito financiará melhorias de cais e infraestrutura marítima de uso dual, eletrificação em terra, hidrogênio verde e apoio à eólica offshore. O investimento reforça o papel do porto báltico como corredor de comércio, energia e mobilidade militar da OTAN. Para o setor, o sinal é claro: resiliência logística e segurança energética passaram a disputar o mesmo orçamento.

ENTRARAM E SAÍRAM — PRIVATE EQUITY E DESINVESTIMENTO (2)

9 Credores assumem integralmente a operação brasileira da New Fortress - A americana New Fortress Energy concluiu sua reestruturação no Reino Unido e transferiu aos credores 100% da BrazilCo, entidade que concentra a operação brasileira. O plano eliminou US\$ 5,7 bilhões de dívida de terceiros e reduziu o endividamento corporativo a US\$ 700 milhões. Os credores também receberam 65% do capital ordinário da nova NFE, ações preferenciais de US\$ 2,45 bilhões e US\$ 571,3 milhões em empréstimos a prazo. Não houve preço de compra: houve conversão de dívida em capital. Wes Edens permanece como presidente.

10 TotalEnergies e Mistral investem mais de € 100 milhões em IA para reservatórios - A TotalEnergies e a francesa Mistral AI lançaram um programa conjunto de três anos, com investimento superior a € 100 milhões, para desenvolver modelos de inteligência artificial voltados à exploração, caracterização e engenharia de reservatórios de petróleo e gás. A parceria combina quase um século de conhecimento técnico da TotalEnergies com cerca de 10 petaflops de dados de geociências e recursos de IA agentiva da Mistral. O objetivo é gerar cenários para novas descobertas e otimizar ou estender a vida de projetos existentes. É capital tecnológico aplicado diretamente à redução de incerteza no upstream.

INFRAESTRUTURA

Brasil precisa investir R\$ 550 bi por ano em infraestrutura, diz CNI

País precisaria elevar aportes de 2,27% para 4,65% do PIB e manter nível por pelo menos 20 anos, segundo estudo

Da Redação
redacao.jornal@redenenews.com.br

O Brasil precisa mais que dobrar os investimentos anuais em infraestrutura para reduzir o déficit histórico do setor e se aproximar dos padrões internacionais. A avaliação é da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que estima a necessidade de elevar os aportes dos atuais 2,27% para 4,65% do Produto Interno Bruto (PIB), o equivalente a cerca de R\$ 550 bilhões por ano, e manter esse patamar por pelo menos duas décadas.

Os dados fazem parte do estudo “Financiamento dos Investimentos em Infraestrutura no Brasil”, divulgado pela entidade. Em 2024, o país investiu R\$ 266,8 bilhões no setor. Desse total, R\$ 188,1 bilhões, ou 70,5%, vieram da iniciativa privada, enquanto R\$ 78,6 bilhões foram aportados pelo poder público. Estados e municípios responderam pela maior parte dos investimentos públicos.

Para alcançar o volume considerado necessário, a CNI defende uma mudança estrutural no modelo de financiamento, com combinação de recursos públicos e privados, fortalecimento do mercado de capitais e criação de condições para investimentos de longo prazo.

Segundo a entidade, nenhuma fonte de recursos, isoladamente, tem capacidade para atender às neces-

sidades brasileiras. O financiamento público, portanto, continuaria sendo relevante, mas deveria atuar de forma estratégica para reduzir riscos, estruturar projetos e ampliar a capacidade de atração de capital privado.

Em nota, o presidente da CNI, Ricardo Alban, afirma que a mobilização de recursos depende de estabilidade econômica e institucional.

“O Brasil precisa de responsabilidade fiscal, instituições sólidas e segurança jurídica para criar condições de mobilizar mais recursos privados para o setor de infraestrutura, sem abrir mão do papel estratégico dos investimentos públicos”, ressalta.

Alban também defende uma estratégia de Estado para garantir a continuidade dos projetos de infraestrutura. Segundo ele, a modernização do setor exige um esforço contínuo e de longo prazo, que atravesse diferentes governos.

Maior participação privada

O estudo aponta uma mudança significativa na composição do financiamento da infraestrutura brasileira ao longo dos últimos anos. Em valores atualizados para 2024, a média anual de recursos privados passou de R\$ 88,6 bilhões entre 2010 e 2014 para R\$184,5 bilhões em 2024.

No mesmo período, os recursos públicos recuaram de R\$ 208,5 bilhões para R\$ 107 bilhões. As instituições multilaterais responderam por R\$ 8,4 bilhões em 2024.

Com isso, a participação das fontes privadas no financiamento da infraestrutura passou de 29,3%, na média entre 2010 e 2014, para 61,5% em 2024.

Para a CNI, o movimento mostra a necessidade de consolidar um ambiente capaz de ampliar ainda mais a participação privada, especialmente diante do volume de investimentos necessário para os próximos anos.

Entre as medidas defendidas pela entidade estão a manutenção da estabilidade macroeconômica e fiscal, para reduzir riscos e o custo do capital; o fortalecimento do mercado de capitais, com maior participação de investidores institucionais; e a expansão do crédito privado, com mecanismos de distribuição mais eficiente dos riscos.

A CNI também propõe ampliar a carteira de projetos estruturados para concessões e parcerias, fortalecer a segurança jurídica e a previsibilidade regulatória e preservar a autonomia técnica das agências reguladoras.

O estudo destaca ainda o papel do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e de outras instituições públicas de desenvolvimento. A avaliação é que essas instituições podem contribuir para reduzir riscos, estruturar projetos e mobilizar recursos privados.

Experiências internacionais

A análise da CNI reúne experiências de Reino Unido, Chile, Austrália, México, Espanha, Índia e França. Apesar das diferenças entre os modelos adotados, a entidade identifica características comuns nos países que conseguiram ampliar a capacidade de financiamento da infraestrutura, como estabilidade econômica, instituições confiáveis, previsibilidade regulatória, mercado de capitais desenvolvido e instrumentos de financiamento de longo prazo.

Para a CNI, o investimento público continuará sendo fundamental, mas deve ter maior capacidade de mobilizar recursos privados. A entidade defende, assim, um modelo em que o Estado mantenha participação estratégica e, ao mesmo tempo, crie condições para ampliar a escala dos investimentos privados em infraestrutura.

Divulgação



Em 2024, o país investiu R\$ 266,8 bilhões no setor. Do total, R\$ 188,1 bilhões, ou 70,5%, vieram da iniciativa privada, enquanto R\$ 78,6 bilhões foram aportados pelo poder público

BRASIL EXPORT

Sul Export coloca indústria naval e offshore no centro do debate

Painel analisará estratégia, cadeia de suprimentos e participação de empresas brasileiras em novos projetos do setor

Da Redação
redacao.jornal@redenenews.com.br

O desenvolvimento da indústria naval, a organização da cadeia de suprimentos e os critérios de sustentabilidade aplicados ao setor estarão entre os temas do Sul Export, que será realizado nos dias 17 e 18 de setembro, em Foz do Iguaçu (PR). O assunto será tratado no painel “Estratégia, cadeia de suprimentos e sustentabilidade no setor naval da região Sul”, marcado para as 16h30 do primeiro dia do evento.

A programação prevê uma discussão sobre o planejamento estratégico necessário para o avanço dos projetos offshore no Brasil, além dos desafios e oportunidades enfrentados pela cadeia de fornecimento de insumos, equipamentos e serviços destinados ao setor naval.

Também estará em pauta o conteúdo local, tema diretamente relacionado à participação de empresas brasileiras no fornecimento de bens e serviços para projetos de óleo e gás, assim como os critérios de sustentabilidade aplicados à indústria.

A moderação será do sócio-fundador da Macedo & Winter Advogados Associados e mestre em Direito dos Negócios pela FGV/SP, James Winter.

Entre os debatedores estão o gerente-geral de Estratégia de Contratação da Petrobras, Marcelo De Carvalho Bonniard, e o diretor de Negócios e Projetos Offshore da Technit, Thiago de Oliveira Castro.

O painel ocorre em um momento de retomada das discussões sobre a capacidade da indústria brasileira de atender à expansão de projetos offshore, o que envolve desde a disponibilidade de fornecedores até o planejamento de encomendas, contratação de equipamentos e organização da infraestrutura de

apoio.

A programação do Sul Export começa às 8h30 do dia 17, com credenciamento e boas-vindas, seguida pela solenidade de abertura às 9h. Estão entre os participantes confirmados o CEO do Grupo Brasil Export, Fabricio Guimarães Julião; o ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca; o secretário de Infraestrutura e Logística do Paraná, Fernando Furiatti; o presidente da Portos RS, Fabio Silveira; o presidente do Conselho Nacional do Brasil Export, José Roberto Campos; o presidente do Conselho do Sul Export, Jesualdo Silva; e o presidente do Mercosul Export, Djalma Vilela.

Ao longo do dia, o fórum também terá debates

sobre eólicas offshore e segurança da navegação, concessão de hidrovias e serviços portuários, demandas do setor produtivo e multimodalidade e conectividade de transportes.

Após o painel dedicado ao setor naval, a programação seguirá com o Infra-ESG, voltado a corredores logísticos sustentáveis, financiamento verde e critérios de sustentabilidade aplicados a concessões rodoviárias.

O primeiro dia termina com o InfraJur, dedicado ao direito da infraestrutura de transportes, energia e mineração, e com o Momento IBL/Frenlogi. No dia 18, a programação será concentrada em visitas técnicas, com saída prevista para 9h15 e retorno às 16h30.

PROGRAMAÇÃO SUL EXPORT 2026

17 SETEMBRO | QUINTA-FEIRA

08h30 Credenciamento e boas-vindas
09h00 Solenidade de abertura com autoridades presentes: Fabricio Guimarães Julião, CEO do Grupo Brasil Export; Tomé Franca, ministro de Portos e Aeroportos; Fernando Furiatti, secretário de Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná; General Joaquim Silva e Luna, prefeito de Foz do Iguaçu – a confirmar; Fabio Silveira, presidente da Portos RS; Ana Paula Niedzieluk Lisboa, procuradora seccional da União no Estado do Paraná; Regilânio Isaías Aguiar de Melo, comandante do Segundo Centro Integrado da Força Aérea Brasileira; Hugo Pastore, diretor-executivo da Cámara Paraguaya de Exportadores y Comercializadores de Cereales y Oleaginosas; José Roberto Campos, presidente do Conselho Nacional do Brasil Export; Jesualdo Silva, presidente do Conselho do Sul Export; Djalma Vilela, presidente do Mercosul Export; Demais autoridades a confirmar
10h00 Momento PIANC | Diretrizes da PIANC para eólicas offshore e sinergia com a NORMAM-303
Moderação: Jacqueline Wendpap, diretora-executiva do Instituto Praticagem do Brasil
• Segurança da navegação e marcos regulatórios • Gargalos e adequação da infraestrutura aquaviária • Integração das cadeias de suprimentos do setor e ações para aperfeiçoar a logística de apoio à produção de energia eólica
Apresentação: Felipe Ribolla Masetti, Technomar Engenharia
Debatedores: Henrique Horn Ilha, diretor de Meio Ambiente da Portos RS; Marcello Cabral, diretor de Novos Negócios da ABEEólica; Rodolfo Gonçalves, CEO da JB Energy
11h00 Intervalo
11h15 Painel | Desafios para o desenvolvimento e concessão de hidrovias e serviços nos portos da região Sul
Moderação: Leopoldo Figueiredo, diretor-geral da Rede BE News
• Análise das experiências de concessões já em andamento na região Sul • Modelagem de concessões e caminhos para melhorar a atração de capital privado • Boas práticas voltadas a temas como resiliência climática, dragagem estruturante e manutenção de calados
Apresentação: Conrado Frezza, coordenador de Projetos Portuários e Aquaviários da Infra S.A.
Debatedores: Daniel Rodrigues Aldigueri, diretor do Departamento de Navegação e Fomento do Ministério de Portos e Aeroportos; Fabiano Ramalho, diretor de Finanças e Gestão da SCPAr; Osmari de Castilho Ribas, diretor-superintendente administrativo da Portonave; Paulo Bertinetti, diretor-presidente do Tecon Rio Grande
12h30 Encerramento do período da manhã
14h00 Painel | Demandas do setor produtivo e o protagonismo da região Sul para o desenvolvimento econômico do Brasil
Moderação: Núria Bianco, diretora de Inteligência de Mercado do Grupo Brasil Export
• Competitividade dos grandes embarcadores da região e ações para redução dos custos logísticos no Sul • A importância de investimentos em portos e recintos alfandegados para evitar desabastecimento ou sobrecustos • O papel das entidades de classe para alinhar investimentos privados com planos governamentais ligados à logística, criando corredores multimodais integrados • Financiamento de grandes projetos e atração de capital externo
Debatedores: Beto Martins, CEO da Transglobal Holding; Roberto Bisogni, diretor de

Planejamento Operacional e Logística da Klabin; Rodrigo Buffara Farah, CEO da Cotriguaçu Cooperativa Central; Thiago Meirelles, sócio da AVREN; Alberto Machado, diretor de Comunicação e Relações Institucionais do Porto Itapoá
15h00 Painel | Multimodalidade e conectividade de transportes
Moderação: Bruno Merlin, diretor de Comunicação do Grupo Brasil Export
• Gargalos a serem superados e ações para aumentar a eficiência operacional na logística transfronteiriça, incluindo a Tríplice Fronteira e os portos secos da região • Otimização da concessão da Malha Sul, investimentos em capacidade operacional e eliminação de gargalos urbanos no escoamento até os portos do Sul do País • Multimodalidade e boas práticas para a articulação entre rodovias, ferrovias e recintos alfandegados
Debatedores: Celso Gallegario, presidente do Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas de Foz do Iguaçu (Sindifoz); Djalma Vilela, presidente da Multilog; Gladys Vinci, vice-presidente executiva da Associação Brasileira de Transportadores Internacionais (ABTI); Lucas Ataliba, diretor de Integração de Modais da Secretaria de Estado de Portos, Aeroportos e Ferrovias de Santa Catarina (SPAF); Fabiano Queiroz Diniz, delegado-adjunto da Alfândega da Receita Federal em Foz do Iguaçu; Demais participantes a confirmar
16h00 Coffee break - Oferecimento: EBCO | SEABOX | TECHSCAN
16h30 Painel | Estratégia, cadeia de suprimentos e sustentabilidade no setor naval da região Sul
Moderação: James Winter, sócio-fundador da Macedo & Winter Advogados Associados e mestre em Direito dos Negócios pela FGV/SP
• Desenvolvimento de projetos offshore e planejamento estratégico para o setor naval no Brasil • Desafios e oportunidades da cadeia de fornecimento de insumos e equipamentos para o setor naval • Conteúdo local e sustentabilidade na indústria de óleo e gás
Debatedores: Marcelo De Carvalho Bonniard, gerente-geral de Estratégia de Contratação da Petrobras; Thiago de Oliveira Castro, diretor de Negócios e Projetos Offshore da Technit
17h15 InfraESG | Corredores logísticos sustentáveis
• “Financiamento verde” e atração de capital para investimentos em rodovias • Critérios da ANTT e do Ministério dos Transportes para classificar projetos como sustentáveis e atrair fundos internacionais • O papel do setor privado e o retorno de investimentos ESG em concessões rodoviárias
Debatedores: José Carlos Cassaniga, diretor-presidente da EPR; Cynthia Ruas, superintendente de Sustentabilidade, Pessoas e Inovação da ANTT; Cloves Benevides, subsecretário de Sustentabilidade do Ministério dos Transportes – a confirmar; Demais participantes a confirmar
18h15 InfraJur | Encontro de Direito de Infraestrutura de Transportes, Energia e Mineração
Apresentação: Marcelo Petry, diretor de Relações Institucionais da Academia Brasileira de Direito da Infraestrutura (ABDInfra)
18h45 Momento IBL/Frenlogi

18 SETEMBRO | SEXTA-FEIRA
09h15 Saída do transporte oficial do Bourbon Thermas Eco Resort
10h00 Visitas
16h30 Retorno ao Bourbon Thermas Eco Resort

SUL EXPORT 2026

InfraJUR

**Encontro Regional
de Direito de Transportes,
Energia e Mineração**

**17 SETEMBRO
18H15**

Apresentação

MARCELO PETRY

Diretor de Relações Institucionais
da Academia Brasileira de Direito
da Infraestrutura (ABDInfra)



Transmissão ao vivo e gratuita
pelo canal da TV BE News



FOZ DO IGUAÇU - PR

www.forumbrasilexport.com.br

**SUL
EXPORT**

**FÓRUM REGIONAL DE INFRAESTRUTURA
DE TRANSPORTES, ENERGIA E MINERAÇÃO**

PATROCÍNIO

REALIZAÇÃO

APOIO INSTITUCIONAL

PRODUÇÃO

MÍDIA OFICIAL



PAPO DE COMPLIANCE



SELMA CULTURATI VASQUEZ

Economista, mestre em Administração e Pesquisa em Estratégia e Inovação, com experiência nas áreas corporativa e acadêmica voltadas a Finanças e Negócios
opinioao@portalbenews.com.br

► ORGANIZAÇÃO

Metas agressivas: risco ou aceleração de potencialidades?

Existe uma máxima que pode ser um bom alerta tanto para a governança, quanto para o compliance, que é: “Se todo mundo bate a meta, talvez ela não seja uma boa meta. Mas, se ninguém consegue batê-la sem contornar alguma regra, talvez essa meta também não seja tão boa como imaginamos”.

Para definir qual é a melhor opção em relação ao objetivo a ser alcançado, a maior dificuldade reside em se estipular dois aspectos fundamentais. O primeiro está no propósito que intentamos em alcançar; e o segundo é o de ajustar este alvo ao modelo de gestão que praticamos no negócio.

De qualquer forma, é certo dizer que metas agressivas carregam uma reputação ambígua, pois tanto podem se tornar combustível que irá tirar as equipes de um momento de acomodação, como também poderão trazer cenários desconfortáveis em relação à gestão do capital humano e dos riscos a que a organização ficará eventualmente exposta.

Em muitos casos, as metas agressivas trazem a reboque uma pressão desmedida por resultados, atalhos de decisões e, conseqüentemente, quebra de processos com uma possível tendência a aceitar qualquer caminho que leve ao número desejado. Passa a valer a meta e não o processo... Aqui já podemos perceber o perigo à vista. Mas isso não quer dizer que devemos nos contentar com uma zona de conforto que não promoverá o crescimento potencial da organização.

É bastante diferente ter um cenário proposto de crescimento compatível com a estruturação que a empresa tem planejado. Desejar crescer 30% numa empresa que vem abrindo mercados, se preparando financeira e tecnologicamente, é diferente de determinar um crescimento de 30% a qualquer custo. Metas idênticas com riscos completamente diferentes.

Neste ponto, o compliance atua de maneira preventiva, evitando que os gestores e demais colaboradores fiquem unicamente presos a planilhas. Decisões orientadas, principalmente, sinalizarão o que será valorizado no esforço de alcançar a meta proposta. Promessas de bonificações ou pressões de manutenção de empregos certamente tornarão o ambiente mais agressivo e “infrator” em relação aos processos e controles internos que garantem a integridade de todo o sistema organizacional, pois, neste contexto, uma venda poderá ser considerada como realizada mesmo ainda não tendo sido assinada; para cumprir o contrato, haverá desembolsos antecipados de um caixa que poderia esperar por mais um mês para tal descaixar. A análise do fornecedor fica mais rasa ou a cotação de fornecedores nem é feita em sua integralidade.

E talvez seja justamente esse o problema. Nenhum erro aqui mencionado configura fraude, mas abre as portas ao erro e às perdas.

Grandes desvios chegam acompanhados de argumentos bastante razoáveis: urgência, oportunidade, cliente estratégico, fechamento do mês, pressão competitiva, necessidade de entrega. A meta a ser batida e cada exceção gerada em sua função serão tratadas como prioridade dada ao volume de vendas ou aos objetivos pretendidos, como novos projetos, por exemplo. Nesse momento, a organização pode estar ensinando uma regra bastante diferente daquela escrita em seu Código de Ética: “procedimentos são importantes, desde que não atrapalhem demais o resultado”.

A pergunta que realmente privilegia o mérito do resultado obtido é aquela que identifica quais caminhos foram seguidos para alcançar a meta, pois investiga quem encontrou o melhor caminho dentro de uma forma mais eficiente, inteligente e legítima de trabalhar, verificando se a prática assumida poderá ser replicada daqui para adiante.

Caso o desempenho excepcional tenha dependido sistematicamente de exceções, controles ignorados, jornadas insustentáveis, riscos transferidos a terceiros ou interpretações bastante criativas das regras, não estaremos diante de uma alta performance. Estaremos sim, diante de regras fracas, que, quando quebradas, abrem portas para perdas e até eventuais fraudes futuras, riscos reputacionais, trabalhistas, civis e tudo mais que situações de exceções podem trazer à organização. Essa pode ser uma conta que ainda não chegou. Mas certamente chegará em várias formas de passivo trabalhista, problemas regulatórios, perdas reputacionais, conflitos internos ou simplesmente esgotamento das pessoas que sustentavam aquele desempenho.

Por isso, perguntar se é bom ou ruim determinarmos metas agressivas deve ser convertido em identificar como podemos proteger o negócio das ineficiências, perceber se há uma capacidade produtiva disponível que estava ainda oculta, sem cair no comodismo das equipes e perpetuar processos disfuncionais. Desconfortos podem gerar avanços disruptivos que nos permitirão correr na mesma velocidade da concorrência. Basta avaliar o impacto da situação.

Desta forma, a real questão está em descobrir qual desconforto produz evolução e qual produz distorção. Assim, ao invés de apenas nos perguntarmos sobre as equipes que não conseguiram entregar as metas previstas, devemos compreender por que houve uma entrega mais eficiente por parte de uma das equipes. Esse grupo mais exitoso teve mais ferramentas disponíveis, mais talentos envolvidos, maior apoio da gestão ou qualquer outro fato que corroborou para que lograssem tal resultado? De fato, muitos desses instrumentos passam pela governança, especialmente em relação à prática efetiva de sua cultura.

Uma organização não constrói sua cultura somente quando publica valores, códigos e políticas. Ela constrói cultura quando decide quem será promovido, qual comportamento será tolerado, quais exceções serão aceitas e, principalmente, o que estará disposta a ignorar diante de um excelente resultado.

Nesse contexto, o compliance não deveria funcionar como o departamento encarregado de reduzir a ambição da empresa. E nem de ser apenas um mitigador de riscos, pois deveria assumir o papel de auxiliar a organização a evoluir em sua aceleração, sem, contudo, perder o controle das atividades e dos efeitos que os resultados ambicionados podem trazer.

A vantagem que podemos associar às metas agressivas, é que será possível revelar capacidades extraordinárias, produzir inovação, criatividade e crescimento. Em adição, pode conduzir a gestão a enxergar e abandonar práticas que já não fazem sentido, além de poderem revelar uma outra coisa, mostrando até onde alguém está disposto a ir quando percebe que o resultado vale mais do que o caminho.

A coluna Papo de Compliance, da economista Selma Culturati Vasquez, é publicada semanalmente no BE News, nas edições de quarta-feira. Contato pelo e-mail: compliance@grupobrasilexport.com.br.

Dólar tem leve alta na véspera de decisões de Fed e Copom

Moeda americana fechou em alta de 0,14%, a R\$ 5,15. Com isso, já sobe 0,58% frente ao real nos dois primeiros pregões desta semana, mas ainda recua 0,48% em setembro

JÚNIOR BATISTA
junior.batista@redebeneews.com.br

Após trocas de sinal pela manhã, o dólar passou à tarde em leve alta frente ao real, em linha com o sinal da moeda norte-americana no exterior. As cotações do petróleo acentuaram os ganhos ao longo da segunda etapa do pregão, com o Brent voltando a se aproximar da marca de US\$110, o que amplia os riscos inflacionários na véspera da decisão do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano).

A troca de farpas entre ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), em sessão que avalia a possível abertura de investigações contra o ministro Alexandre de Moraes no caso do Banco Master, foi acompanhada de perto por investidores e trouxe desconforto, mas não foi determinante para a for-

mação da taxa de câmbio. “O mercado está em compasso de espera porque ainda há muitas dúvidas sobre qual vai ser o desfecho da reunião do STF, que pode se refletir nos preços dos ativos se tiver impacto nas expectativas para a eleição”, afirma o estrategista-chefe da EPS Investimentos, Luciano Rostagno.

Depois de oscilar entre mínima de R\$ 5,1270 e máxima de R\$ 5,1626, o dólar à vista encerrou a terça-feira em alta de 0,14%, a R\$ 5,1551. A moeda norte-americana sobe 0,58% frente ao real nos dois primeiros pregões desta semana, mas ainda recua 0,48% em setembro, após valorização de 2,16% em agosto. No ano, as perdas são de 6,08%.

Rostagno lembra que a crise no STF, em especial as acusações contra Moraes, parece ter impulsionado a candidatura de Flávio Bolsonaro, o que teria aberto espaço para a recuperação do real em setembro, após o tombo de agosto. A oposição é vista pelos investidores como mais inclinada a promover

um ajuste fiscal robusto. “As últimas pesquisas mostraram que Flávio está em um momento positivo, o que ajudou o real. Além disso, a alta do petróleo, embora traga preocupações com a inflação, favorece os termos de troca. Isso ajuda a manter a moeda comportada mesmo com o aumento da percepção de risco”, afirma o estrategista-chefe da EPS.

Referência do comportamento do dólar em relação a uma cesta de seis moedas fortes, o índice DXY avançava 0,26% por

volta das 17h, aos 99,637 pontos, após máxima aos 99,687 pontos. O Dollar Index sobe 0,55% na semana, marcada por nova arrancada dos preços do petróleo, com o Brent acumulando ganhos de quase 20% no mês.

Juros

O provável desfecho da superquarta - uma alta de 0,25 ponto porcentual nos juros pelo Fed e um novo corte de 0,25 ponto da taxa Selic pelo Comitê de Política Monetária (Co-

pom) - é, em tese, negativo para o real por reduzir o chamado diferencial de juros e, por tabela, a atratividade do carry trade.

“Com a expectativa de menor diferencial entre juros locais e externos ao longo de 2026 e eventual recuperação do dólar globalmente em meio a um frágil quadro fiscal doméstico em um ano eleitoral, esperamos que o dólar termine o ano a R\$ 5,35”, afirma o economista-chefe do Rabobank para a América do Sul, Mauricio Une, em relatório.

Magnific



Nesta terça-feira, o dólar passou à tarde em leve alta frente ao real, em linha com o sinal da moeda norte-americana no exterior

Petrobras sobe e impulsiona Ibovespa

Alta foi de 0,54%, aos 186,5 mil pontos, pautado pela disparada do petróleo no exterior

Estadão Conteúdo

Na contramão das bolsas norte-americanas, o Ibovespa encerrou a sessão desta terça-feira, 15, em alta de 0,54%, aos 186.502,64 pontos, pautado pela dis-

parada do petróleo no exterior e o efeito positivo disso para as ações da Petrobras. Embora o avanço da commodity traga dúvidas sobre os efeitos para a inflação global, justamente em um momento de alta de juros nos países desenvolvidos, o impulso forte da estatal brasileira acaba ditando o ritmo do desempenho do índice.

Ao longo da tarde, o mercado adotou um tom

mais defensivo e o Ibovespa se afastou das máximas nos 187 mil pontos, com as ações do índice somando um giro financeiro de R\$ 15 bilhões. A sequência de avanços já faz com o Ibovespa acumule até agora um ganho de 5,12% no mês de setembro.

“A crise no Estreito de Ormuz tem interferido demais no preço da commodity e levando a novos recordes e isso ajuda no ganho

de margem da Petrobras”, afirma o assessor de investimentos independente Ricardo Freitas. “Seguiremos com volatilidade aguda nos preços pelas incertezas com esse cenário global.”

O mercado local também observa os desdobramentos no lado político, com foco no julgamento de abertura de uma investigação contra o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Mora-

es por envolvimento com Daniel Vercaro, ex-dono do Banco Master.

Para Marcelo Audi, sócio da Cardinal Partners, para além do movimento do petróleo, esse cenário político tem sido relevante para impulsionar os ativos locais. “O fato de a bolsa estar subindo também tem relação com o ambiente político, a história mostra que, quando temos um evento eleitoral de relevância”, afirma.

COMUNICAÇÃO & MARKETING | Opinião



CÂNDICE LA TERZA
Jornalista e consultora
em Comunicação Corporativa

opinioao@portalbenews.com.br

► COMUNICAÇÃO

Carreira travada pode ser ruído de comunicação

Você pode ser tecnicamente excelente, entregar resultados e, ainda assim, estar travando a própria carreira. A razão pode estar na forma como você se comunica.

Isso mesmo. Há profissionais competentes que não avançam porque não desenvolveram a capacidade de se comunicar estrategicamente. E não estou falando de falar bonito. Estou falando de dar direção, ouvir, alinhar expectativas e construir confiança.

Pense em uma equipe cujo líder não explica prioridades, muda decisões sem avisar e evita conversas difíceis. O time trabalha no escuro. Surgem retrabalho, insegurança, conflitos e aquela pergunta silenciosa: “Afiml, quem está no comando?”

Quando a liderança não se comunica, a equipe perde produtividade, as relações profissionais se desgastam e a confiança desaparece. Sem contexto, prioridades e decisões claras, cada um interpreta o que deve fazer. O resultado é uma equipe sem direção e um líder que perde credibilidade. E esse ruído não fica restrito ao departamento. Alcança superiores, compromete entregas e pode afetar a percepção sobre a capacidade de liderança.

Agora, olhe para a própria carreira.

Você apresenta suas ideias com clareza? Sabe defender seu trabalho? Consegue dar e receber feedback? Participa das reuniões

ou espera que percebam seu valor sem que você se posicione?

Aqui está a ferida: **competência que não é percebida dificilmente se transforma em oportunidade.**

Um profissional pode dominar tecnicamente sua função e, ainda assim, ser percebido como inseguro, pouco colaborativo ou despreparado para assumir responsabilidades maiores. Não basta entregar. É preciso comunicar resultados, influenciar decisões e construir relacionamentos profissionais consistentes.

Comunicação não é acessório da liderança. É ferramenta de gestão, influência e crescimento.

Se sua carreira está parada, talvez seja hora de olhar para além do currículo e dos resultados. Avaliar como você fala, escuta, negocia e se posiciona.

O ruído pode não estar na sua capacidade de entregar. Pode estar na sua capacidade de ser compreendido, respeitado e reconhecido.

Porque, no ambiente corporativo, competência que não se comunica corre o risco de permanecer invisível.

E isso se treina.

Cândice La Terza escreve quinzenalmente para o BE News, com seus textos publicados às quartas-feiras.

SE SUA CARREIRA ESTÁ PARADA, TALVEZ SEJA HORA DE OLHAR PARA ALÉM DO CURRÍCULO E DOS RESULTADOS. AVALIAR COMO VOCÊ FALA, ESCUTA, NEGOCIA E SE POSICIONA

Dino pede vista e julgamento sobre Moraes no STF é suspenso

Após questão de ordem apresentada por Gilmar Mendes para unificar análises sobre os casos de Alexandre de Moraes e André Mendonça, sessão foi suspensa sem uma definição

Rosinei Coutinho / STF

Agência Brasil

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), pediu vista do julgamento que vai decidir se os casos dos ministros Alexandre de Moraes e André Mendonça devem ser julgados simultaneamente. O pedido foi feito após os ministros André Mendonça e Gilmar Mendes iniciarem um bate-boca sobre a condução do caso Master.

Com o pedido de vista, a análise do caso não tem data para ser retomada. O placar parcial do julgamento ficou em 4 votos a 3. Os votos pelo julgamento conjunto foram proferidos pelos ministros Cristiano Zanin, Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes.

Apesar de ter defendido o julgamento conjunto, Dino pediu para não computar sua posição no placar provisório por ter pedido vista. O presidente do STF, Edson Fachin, Luiz Fux, Cármen Lúcia e André Mendonça votaram pelo julgamento separado.

Na manhã desta terça-feira (15), o Supremo começou a analisar se o ministro Alexandre de Moraes pode

ser investigado pela suposta relação com o ex-banqueiro Daniel Vorcaro.

O caso foi pautado pelo presidente da Corte, Edson Fachin. No entanto, o ministro Gilmar Mendes suscitou uma questão de ordem para retomar o julgamento na quarta-feira (23) e incluir a análise das supostas irregularidades que teriam sido cometidas pelo antigo relator do caso, ministro André Mendonça, ao solicitar ao plenário a investigação contra Moraes.

Além disso, Mendes defendeu que o caso seja redistribuído entre os membros do tribunal e não per-

maneça sob a relatoria do presidente da Corte, ministro Edson Fachin.

Na parte da tarde da sessão, os ministros começaram a deliberar sobre a questão, mas o julgamento foi interrompido pelo pedido de vista de Dino.

Análise sobre Moraes

O relatório com menções a Moraes veio à tona em 1º de setembro, quando o ministro André Mendonça levantou o sigilo sobre o documento. O ato desencadeou uma crise institucional sem precedentes no STF, com a divulgação recíproca de relatórios com-

prometedores e pedidos mútuos de investigação.

A Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu a Fachin a anulação do relatório parcial. O órgão argumenta que o documento é irregular porque Mendonça permitiu que a investigação avançasse sobre um ministro do Supremo sem comunicar isso ao presidente da Corte ou ao plenário.

Imparcialidade

Em reação ao relatório da PF, Moraes divulgou, em 2 de setembro, o que disse ser um relatório de inteligência também da PF, no qual se

sugere que Mendonça possa ter direcionado as investigações da Operação Compliance Zero para atingir desafetos políticos.

O documento, contudo, não é assinado nem traz o timbre da corporação, além de trazer na capa o alerta de que o material foi produzido como uma conjectura e “sem valor probatório”.

Moraes pediu a Fachin a abertura de investigação contra Mendonça por suspeita de abuso de autoridade, improbidade administrativa e crime de responsabilidade. O presidente do Supremo marcou o julgamento deste pedido para 23 de setembro.

Com o pedido de vista de Flávio Dino, que tem até 90 dias para liberar o caso, a análise não tem data para ser retomada

‘Poupado’, Gonet nega relação com Vorcaro

Estadão Conteúdo

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça disse que não faz “juízo de valor” sobre o procurador-geral da República, Paulo Gonet, citado por Daniel Vorcaro, ex-do-

no do Banco Master, em mensagens que o banqueiro supostamente trocou com o ministro Alexandre de Moraes.

“Aqui não estou fazendo juízo de valor em relação ao procurador-geral, até porque as informações que vieram, são informações na minha avaliação, de outra densidade”, declarou.

O procurador-geral da República, Paulo Gonet,

agradeceu e afirmou que não teve proximidade com o dono do extinto Banco Master, Daniel Vorcaro, e que só esteve com o empresário em ocasião com outras autoridades no mês de abril de 2024.

Gonet disse que só pode ser investigado com autorização de órgão próprio do Ministério Público Federal (MPF). Além disso, disse ficar “feliz” por, segundo ele,

haver reconhecimento do ministro André Mendonça, do STF, de que “não havia nada que pudesse induzir a alguma prática de ilícito por parte do procurador-geral da República”.

Gonet pontuou: “Não existe, nem tive relacionamento de proximidade com o senhor Vorcaro. O único encontro que eu tive com o senhor Vorcaro se deu com várias autoridades, em abril

de 2024. A única ligação, intermediada por advogada, foi brevíssima e banal”.

O procurador disse ainda que a atuação do MPF “sempre foi pelo total esclarecimento dos fatos e pelo sucesso da persecução penal”. Ele salientou: “Quem analisa os fatos, sem viés, verá que o Ministério Público, no exercício do papel de titular da ação penal, foi preciso e foi correto”.

JUSTIÇA

Sessão tensa tem bate-boca entre ministros e troca de acusações

“É impressionante a desfaçatez desse sujeito”, disse Gilmar a Mendonça, que o chamou de leviano após ser acusado de ter conduta política. Moraes e Dino também se exaltaram

Estadão Conteúdo

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes e André Mendonça bateram boca durante a sessão da Corte desta terça-feira, 15, destinada a analisar a abertura de uma investigação contra Alexandre de Moraes por suposta ligação com Daniel Vorcaro, ex-dono do Banco Master.

Após a manifestação do procurador-geral da República, Paulo Gonet, que negou envolvimento com Vorcaro, Mendonça pediu a palavra e disse: “Dr. Paulo, eu tento ser justo. Ninguém gostaria de estar aqui. Nós

estamos aqui por dever de ofício. E a gente pode até avaliar se ‘ah, não devia ter feito isso’, talvez hoje conhecendo os fatos...”

Neste momento, Gilmar interrompeu o colega e afirmou: “É impressionante, presidente, que uma pessoa da estatura do Paulo Gonet sofra esse tipo de ilação. Isto sim é leviandade. O sujeito investido de um sentimento policial, junto com seus delegados. É impressionante a desfaçatez desse sujeito”. Mendonça, então, gritou: “A desfaçatez de vossa excelência. Me respeite”.

Antes dessa discussão, ambos já tinha batido boca, com Gilmar acusando Mendonça de agir com objetivos políticos e eleitoreiros. Foi neste momento que Mendonça disse que seu colega estava sendo leviano.

Em vários momentos, o clima esquentou no Ple-

nário, a começar com o primeiro pedido de palavra de Flávio Dino, enquanto Dias Toffoli se manifestava. Edson Fachin avisou o ministro que o pedido deveria ser direcionado à presidência, o que foi prontamente rebatido com base no regimento interno. Dino disse que quem deveria conceder a palavra era que estava com ela. Fachin levantou a voz dizendo que não. No final, aceitou o argumento do colega.

Omissão

Dino voltou a falar em tom mais ríspido pouco antes de pedir vista do processo. Ele acusou o presidente do STF de omissão ao não coibir os bate-bocas: “Vossa excelência (Fachin) está assistindo isso a horas e está transformando o Supremo nas próximas semanas, daqui meses, neste debate”.

Dino continuou: “Nós

não temos condições de deliberar, o clima é daí para pior (...) A 15 dias de uma eleição, o Tribunal se expor a isso e veja: sem ponto final, presidente. Acho que vossa excelência não se deu conta disso, porque vossa excelência, além de marcar esta sessão desastrosa, ainda marcou outra na próxima semana”. O ministro fez referência a sessão marcada para o próximo dia 23, que vai analisar o processo em que Moraes acusa Mendonça de irregularidades.

Testemunhas de Moraes

Em meio ao clima de troca de acusações, Alexandre de Moraes disse que tem testemunhas para confirmar que André Mendonça tentou interferir indevidamente no andamento de acordos de delação premiada na investigação sobre desvios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

O relatório de inteligência também diz que André Mendonça perguntou em reuniões com a equipe da PF sobre o que existia no celular do dono do extinto Banco Master, Daniel Vorcaro, em relação a Moraes. O documento, porém, é tido como apócrifo por Mendonça, porque, como um documento interno, não tem valor probatório.

Moraes sustenta que, apesar de não serem provas, os relatórios de inteligência da Polícia Federal são oficiais e consistem em meios de obtenção de prova. “É muito fácil saber se o que consta no relatório de inteligência é verdadeiro ou não. Basta intimidar testemunhas. E por que isso? No mundo todo, relatórios de inteligência são tratados como meios de obtenção de prova, assim como as colaborações premiadas”,

afirmou.

Enquanto Moraes falava, Mendonça repetiu várias vezes a palavra “mentira” ao ministro.

Bloco de notas

Moraes disse também que, em relação às supostas conversas que teria feito com Vorcaro por celular, “extração de bloco de notas é uma coisa, mensagem é outra”. O ministro se refere à apuração de conversas de Vorcaro a partir de escritos no bloco de notas, que tinham as imagens capturadas eletronicamente para serem enviadas a contatos de forma temporária. “Extração de bloco de notas presume de que pode ser que, talvez”, disse.

O magistrado afirmou ainda que Mendonça determinou investigação contra ele “de ofício” em agosto, com dados existentes desde maio. A tese de Moraes é de que o colega do STF ignora a posição da Procuradoria-Geral da República (PGR), contrária à investigação.

Farsa montada

Antes mesmo da sessão desta terça, Moraes se defendeu das suspeitas que recaem sobre seu relacionamento com o banqueiro Daniel Vorcaro. Em petição de 44 páginas, ele afirmou ser alvo de uma “farsa montada” e que todos sabem a “motivação político-eleitoral dessas criminosas mentiras”.

“Vingança dos aliados daqueles que tentaram acabar com a Democracia e foram condenados”, disse, em alusão às condenações do núcleo ligado ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Ele também dirigiu suas críticas ao que chamou de “investigação ilegal”.



Rosinei Coutinho / STF

Gilmar Mendes (foto) disse que André Mendonça é um “sujeito investido de um sentimento policial, junto com seus delegados”

Cármén se diz envergonhada após STF provocar ‘mal-estar cívico’

A magistrada declarou que os ministros não conseguiram garantir rigor e serenidade no processo e pediu desculpas ao povo brasileiro por não contribuir para acalmar os ânimos

Rosinei Coutinho/STF

Estadão Conteúdo

A ministra Cármén Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), disse nesta terça-feira, durante a sessão que iria avaliar se Alexandre de Moraes seria investigado, que estava em “estado de profunda consternação e tristeza” diante do bate-boca no STF.

“Estou nesta sessão, como talvez muitos de meus colegas, em estado de profunda consternação e tristeza. Hoje, um dos colegas me disse que eu estava aborrecida com alguma coisa, mas eu disse que estava triste. Não apenas pelo tema que nos traz aqui, mas porque este Supremo Tribunal Federal, guarda da Constituição, por determinação nela expressa, provocou, acho, um mal-estar cívico em todas as cidadãs e cidadãos brasileiros nestes últimos dias”, afirmou.

A ministra afirmou que ficou “envergonhada” com a atenção voltada à Corte a menos de 20 dias das eleições. A magistrada de-

clarou que os ministros não conseguiram garantir rigor e serenidade no processo e pediu “desculpas” por não ter contribuído o suficiente para acalmar os ânimos e conduzido melhor o processo.

“Acho que houve uma espetacularização desses casos, desta sessão, mesmo, que não faz mal apenas ao Supremo nem ao Poder Judiciário, faz mal ao País”, disse. “Poder Judiciário existe para tranquilizar o povo, e nós geramos intranquilidade, essa é a minha percepção. Inebriamos o sentimento de justiça da cidadania nestes últimos dias”, apontou.

Cármén também afirmou que não sofre pressões como juíza e afirmou que nenhum dos magistrados quer a pendência de dúvidas. “Não há pressões sobre juízes, porque nós não teríamos um Poder Judiciário. É falsa essa ideia de que clamor público vai nos fazer votar num ou noutro sentido. É preciso que as pessoas acreditem que nós temos a independência necessária para continuarmos a ser juízes.”

Em relação à defesa que Moraes e Zanin fizeram sobre a necessidade de pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR) para a



A ministra Cármén Lúcia lamentou a exposição negativa do STF nas últimas semanas

abertura de investigações, Cármén opinou que é “autoritária” a “fórmula” de arquivar apurações a pedido do órgão.

Voto

Cármén Lúcia votou contra a junção das petições sobre os ministros Alexandre de Moraes e André Mendonça no caso do Banco Master e contra a redistribuição da relatoria. A magistrada deu o quarto voto junto ao presidente do STF, Edson Fa-

chin, e os ministros André Mendonça e Luiz Fux.

Outros três ministros deram voto oposto: Gilmar Mendes, Cristiano Zanin e Alexandre de Moraes. O ministro Flávio Dino votou com Gilmar, mas pediu vista e não registrou sua posição. Os ministros Nunes Marques e Dias Toffoli se declararam impedidos de votar.

Os votos ocorreram durante sessão do STF que analisaria uma petição sobre a possibilidade de abrir

uma investigação contra Moraes, por supostas mensagens do ministro com o dono do extinto Banco Master, Daniel Vercaro.

Antes de tratarem sobre o mérito, os ministros analisam uma questão de ordem apresentada por Gilmar. O magistrado apontou que o Fachin não deveria ter tomado para si a relatoria de Mendonça sobre o caso. Além disso, defendeu que o processo sobre Mendonça deveria ser associado ao de Moraes.

Eduardo diz que vai pedir sanções aos EUA

O ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP), irmão do candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL), afirmou nesta terça-feira, 15, que pretende levar a autoridades em Washington registros do julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a possível abertura de uma investigação contra o ministro Alexandre de Moraes.

Pelas redes sociais, Eduardo disse esperar que o episódio resulte em uma “nova rodada de sanções” dos Estados Unidos. “Tudo registrado e pronto para expor em DC onde, se Deus quiser, se iniciará uma nova rodada de sanções”, escreveu Eduardo no X, em referência a Washington, D.C., após fazer críticas aos ministros Alexandre de Moraes, Gilmar

Mendes e Flávio Dino durante a sessão.

Na publicação, Eduardo acusou Moraes de exigir direitos que teria negado a réus em processos sob sua condução, criticou Gilmar por questionamentos ao ministro André Mendonça e chamou Dino de “bobo da corte”.

A declaração ocorre às vésperas de reuniões que Eduardo deve realizar em

Washington nesta semana para tratar justamente da aplicação de novas sanções contra Moraes. A agenda foi confirmada pelo jornalista Paulo Figueiredo à Gazeta do Povo, mas os participantes dos encontros não foram divulgados.

Também há movimentação nos Estados Unidos em torno da possibilidade de retomada das puni-

ções. Conforme noticiado pelo UOL, autoridades americanas ouvidas sob reserva afirmam que novas sanções com base na Lei Global Magnitsky contra Moraes podem ocorrer a qualquer momento. Segundo a publicação, o processo que embasou as punições anteriores continua sendo considerado válido pelo Departamento do Tesouro.

JUSTIÇA

“É preciso investigar todos, sem distinção”, diz Lula sobre STF

Depois da suspensão do julgamento desta terça-feira, presidente disse que ninguém pode fugir do julgamento quando está sob acusação. “Quem cometeu erro que pague”, afirmou

Estadão Conteúdo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou nesta terça-feira, 15, em entrevista à Record, que o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, tem a “faca e o queijo na mão” para revelar o envolvimento de ministros da Corte com o escândalo do Banco Master. “Não tem trégua, é preciso investigar todos, sem distinção”, disse.

“A Suprema Corte agora já está dotada de todas as informações, o sigilo já foi quebrado. Portanto, o Fachin tem a faca e o queijo na mão para abrir tudo e saber quem fez o quê na Suprema Corte”, afirmou Lula.

Durante a sabatina, Lula disse que o ministro André Mendonça guardou infor-



Lula disse que André Mendonça divulgou apenas o que era de seu interesse e questionou o fato de Dias Toffoli e Kassio Nunes Marques terem se declarado impedidos de votar

mações como “segredo de Estado” divulgando apenas o que era de interesse pessoal dele. Lula também questionou o fato de os ministros Dias Toffoli e Kassio Nunes Marques terem se declarado impedidos de votar.

“Aquilo que o André Mendonça tinha guardado

como segredo de Estado, e só soltando aquilo que interessava para ele, agora pode ser aberto para toda a sociedade saber quem estava metido nisso. Por que o (Dias) Toffoli não votou? Por que o Kassio (Nunes Marques) não votou? Quem é que levou dinheiro? Quem participou dessa

trama do Vorcaro?”, declarou o presidente.

Ao falar sobre o escândalo, Lula disse que Vorcaro cooptou instâncias do Poder Judiciário e da classe política, e que é necessário “colocar o Brasil a nu”. O presidente declarou ainda que não há um brasileiro capaz de fugir de julgamen-

tos sobre crimes.

“É muito difícil um torneio mecânico ficar dando palpite e julgando a Suprema Corte. Chegamos a um momento determinante na história desse País: não há absolutamente ninguém que possa fugir do julgamento quando tem suspeita ou acusações contra”, disse o presidente.

Crise de credibilidade

O presidente também disse que os brasileiros estão diante de uma crise de credibilidade com o STF, e que o Tribunal precisa responder a isso com uma apuração rigorosa sobre a conduta dos ministros. “Ninguém do STF pode ficar sob suspeita, é preciso apurar e quem cometeu erro que pague”, declarou.

“Não há como o povo brasileiro ficar vendo uma Suprema Corte perder credibilidade na sociedade. A instância máxima da Justiça brasileira precisa ser exemplo. Então, que se apure com todo rigor, abra-se o sigilo telefônico de todo mundo.”

Renan, Caiado e Flávio criticam suspensão

Candidatos à presidência da República demonstraram revolta com o encerramento da sessão extraordinária do Supremo Tribunal Federal (STF), nesta terça-feira, após pedido de vista de Flávio Dino.

“Que pizza horrorosa. Isso aqui virou um não país”, escreveu Renan no X. Depois, o candidato à Presidência abriu uma transmissão no YouTube ao lado de Kim Kataguirí (Missão), candidato a deputado federal, e os dois iniciaram a live comendo pizza enquanto comentavam a sessão.

Ronaldo Caiado (PSD) não usou a expressão “pizza”, mas também fez uma avaliação negativa do julgamento. “A sessão no STF expôs o limite do insustentável, e não podemos nos calar diante do que vimos hoje. O bate-boca entre ministros e o espetáculo degradante constrangem o País”, escreveu no X.

Caiado afirmou ainda que a Corte teria perdido o rumo e disse que o País não poderia continuar “refém da instabilidade”. “O Brasil precisa e vai voltar a ter ordem”, declarou.

Já o candidato do PL, Flávio Bolsonaro, culpou o ministro Flávio Dino e voltou a associar Moraes ao presidente Lula (PT).

“O ministro Alexandre de Moraes vai ser investigado pelos crimes que ele cometeu, em tese. A tropa de choque do Lula no Supremo apenas adiou o início disso, o fim da impunidade”, declarou, durante comício em Fortaleza (CE), ao lado do deputado André Fernandes (PL-CE). Dino foi quem pediu mais tempo para analisar o caso.

“Há esperança no Bra-

sil sem os ministros de Lula no Supremo. Foi o Flávio Dino, o ex-ministro da injustiça de Lula, que adiou e protegeu o Alexandre de Moraes”, continuou.

Sem citar a investigação sobre o filme Dark Horse, Flávio afirmou que as pessoas têm tentado parar sua candidatura e voltou a pedir apoio a seus candidatos ao Senado para a aprovação de impeachment de ministros do STF.

Outros

Outros nomes ligados à

direita também criticaram a suspensão do julgamento desta terça no STF. Guto Zacarias, candidato a deputado federal pelo MBL-SP, também associou diretamente o pedido de vista ao desfecho que criticava “Deu em pizza: Flávio Dino pede vista do julgamento”, escreveu no X.

Nikolas Ferreira também utilizou a expressão em vídeo publicado no X. Após criticar a condução da sessão e integrantes do Supremo, questionou: “O que que vai acontecer? Vai dar pizza isso mesmo?”



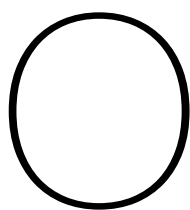
THIAGO BENITO ROBLES

Advogado especialista em Direito Portuário, sócio na Advocacia Ruy de Mello Miller e professor universitário

opinioao@portalbenews.com.br

► DIREITO

A desconexão do trabalho como norma: o que muda com o PL 5281/2025



Senado Federal recebeu, em outubro de 2025, o Projeto de Lei nº 5281, de autoria do senador Rogério Carvalho, com uma proposta que parecia inevitável diante do cenário de trabalho remoto, híbrido e permanentemente mediado por aplicativos de mensagem. A proposição acrescenta o Capítulo II-B ao Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, criando os artigos 75-G a 75-J, todos dedicados a positivar o direito à desconexão do empregado. A ideia central é simples de enunciar e complexa de operacionalizar. O empregado passa a ter assegurado, por texto expresso de lei, o direito de não permanecer acessível fora da jornada contratual, inclusive nos períodos de descanso e de afastamento legal, com vedação a qualquer prejuízo remuneratório ou funcional em razão do exercício desse direito.

O projeto avançou na Comissão de Assuntos Sociais, em caráter terminativo, e teve como relator designado o senador Paulo Paim. O prazo regimental para apresentação de emendas se encerrou sem que nenhuma tivesse sido oferecida, e a matéria aguarda agora a elaboração do parecer do relator. Tratando-se de decisão terminativa, a aprovação ou rejeição na Comissão de Assuntos Sociais pode, a depender do resultado e da inexistência de recurso para o plenário, definir o destino da proposição sem necessidade de deliberação pelo conjunto do Senado. Vale registrar que este não é o primeiro esforço legislativo na matéria. O PL 4044/2020 já tramitava havia cinco anos com propósito semelhante, alterando o parágrafo segundo do artigo 244 e acrescentando dispositivos aos artigos 59, 65-A, 72-A e 133-A da CLT, sem que tivesse alcançado conclusão até o momento. A reiteração de propostas sobre o mesmo tema, em legislaturas sucessivas, revela tanto a pressão social crescente pelo assunto quanto a dificuldade de o Congresso Nacional pactuar um texto definitivo sobre limites de conectividade no ambiente laboral.

O núcleo normativo do PL 5281/2025 merece leitura atenta porque não se limita a proclamar um princípio. O artigo 75-G estabelece que

o envio de comunicações fora da jornada não caracteriza, por si só, tempo à disposição, salvo se houver exigência de leitura, resposta, participação ou execução de tarefa antes do início do período de trabalho subsequente, e veda o envio reiterado ou em volume que comprometa o direito à desconexão. O artigo 75-H admite o contato excepcional apenas em situações imprevisíveis e inevitáveis, vinculadas a risco relevante à saúde, à segurança, ao meio ambiente ou ao patrimônio, ou à continuidade de serviço essencial, com garantia de pagamento de horas extraordinárias ou compensação de jornada quando cabível. O artigo 75-I cria multa administrativa entre mil e dez mil reais por empregado prejudicado, reduzida para microempresas e empresas de pequeno porte, e o artigo 75-J esclarece que mesmo os empregados enquadrados nas hipóteses do artigo 62 da CLT, tradicionalmente excluídos do controle de jornada, conservam o direito à desconexão.

A justificação apresentada pelo autor situa a proposta no combate aos riscos psicossociais da hiperconexão, citando fadiga, estresse e síndrome de burnout como consequências diretas da disponibilidade permanente exigida por muitas estruturas corporativas. Essa preocupação encontra respaldo em desenvolvimento regulatório recente e paralelo, já familiar a quem acompanha compliance trabalhista portuário.

A Norma Regulamentadora 1, atualizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, passou a exigir o gerenciamento proativo de riscos psicossociais dentro do Programa de Gerenciamento de Riscos, obrigando empregadores a identificar fatores como sobrecarga de trabalho e falta de controle sobre o próprio tempo. O PL 5281/2025, portanto, não surge isolado. Ele dialoga com uma norma administrativa que já impõe, por via infralegal, deveres de prevenção que tangenciam diretamente a desconexão, ainda que sem criar o direito subjetivo expresso que o projeto de lei pretende consagrar.

Nem todos veem a proposta com o mesmo entusiasmo, e é justamente aqui que reside a parte mais instigante do debate. Setores empresariais têm sustentado, há anos e em relação a propostas semelhantes, que o ordenamento jurídico brasileiro já dispõe de instrumentos suficientes ►

O PL 5281/2025, PORTANTO, NÃO SURGE ISOLADO. ELE DIALOGA COM UMA NORMA ADMINISTRATIVA QUE JÁ IMPÕE, POR VIA INFRALEGAL, DEVERES DE PREVENÇÃO QUE TANGENCIAM DIRETAMENTE A DESCONEXÃO, AINDA QUE SEM CRIAR O DIREITO SUBJETIVO EXPRESSO QUE O PROJETO DE LEI PRETENDE CONSAGRAR

JUSTIÇA | Opinião

CONTINUAÇÃO DO TEXTO DA PÁGINA 23

O SETOR PRODUTIVO BRASILEIRO DEVE SE PREPARAR, DESDE JÁ, PARA OPERAR SOB PARÂMETROS MAIS EXPLÍCITOS DE DESCONEXÃO, APROVADA OU NÃO A LEI NESTA LEGISLATURA ESPECÍFICA

para conter o abuso de conectividade, tornando dispensável uma nova camada normativa. Eduardo Pastore, consultor jurídico da FecomercioSP, defendeu em artigo publicado no Consultor Jurídico que a ultraconexão se resolve por mudança de comportamento e não por mudança de leis, argumento construído sobre a premissa de que o artigo 4º da CLT, ao definir como tempo de serviço efetivo aquele em que o empregado permanece à disposição do empregador aguardando ou executando ordens, já oferece base suficiente para a Justiça do Trabalho reprimir a disponibilidade abusiva. A jurisprudência trabalhista caminha nessa direção, ainda que de forma pontual e não uniforme, mesmo sem lei especial sobre o tema. A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST), em julgamento sob relatoria do ministro Alexandre Agra Belmonte, já reconheceu violação ao direito à desconexão em caso de cobrança de metas por aplicativo de mensagens fora do horário de expediente, e a própria Súmula 428 do TST, editada ainda na era dos pagers, continua sendo reinterpretada pelos tribunais regionais para alcançar o uso corporativo de WhatsApp, sempre que fique demonstrada restrição efetiva à liberdade de locomoção e ao lazer do trabalhador. Não existe, porém, entendimento pacificado sobre a matéria, e decisões de sinal contrário, que afastam a violação quando não há prova de prejuízo concreto ao convívio pessoal do trabalhador, também são recorrentes nos tribunais regionais.

Esse contraponto revela uma tensão de fundo que atravessa boa parte da produção legislativa trabalhista dos últimos anos. Positivar um direito já reconhecido pela via jurisprudencial traz previsibilidade e reduz a dependência de interpretação judicial caso a caso, mas também introduz conceitos abertos que podem gerar nova onda de litígio interpretativo, como ocorre com as expressões **situações excepcionais, imprevisíveis e inevitáveis** do artigo 75-H, ou com o **volume capaz de comprometer o direito à desconexão** do artigo 75-G. Quem já lidou com fiscalização do trabalho sabe que padrões dessa natureza, embora bem intencionados, deslocam para a via administrativa e judicial a tarefa de definir, empresa por empresa e função por função, onde termina a comunicação legítima e onde começa a violação. A multa fixa por empregado prejudicado, ainda que escalonada para microempresas e pequenas empresas, também levanta questão prática relevante sobre dosimetria e sobre a definição do que se entende por prejuízo em cada caso concreto, tema que a redação atual não esgota.

O PL 5281/2025 também dialoga, em plano mais amplo, com o arcabouço já existente sobre jornada, remuneração e proteção à saúde do trabalhador na CLT, incluindo o regime de teletrabalho consolidado pela reforma trabalhista de 2017. A proposta não se apresenta como substituto desse arcabouço, e sim como camada adicional voltada à

saúde e à vida privada do empregado, distinta da lógica estritamente remuneratória que historicamente orienta a discussão sobre tempo de trabalho no Brasil. Essa dupla natureza, ao mesmo tempo protetiva e preventiva, é provavelmente o traço mais sofisticado da proposta, e também aquele que exigirá maior esforço de sistematização doutrinária e jurisprudencial à medida que os primeiros casos concretos surgirem, sobretudo em setores como o portuário, o industrial e o de serviços essenciais, nos quais a urgência operacional convive de perto com a necessidade de preservar o descanso do trabalhador.

Vale mencionar, por fim, o pano de fundo comparado que inspira a proposta brasileira. A experiência francesa, com a Loi Travail de 2016, foi pioneira em consagrar o *droit à la déconnexion*, remetendo sua concretização, em larga medida, à negociação coletiva de cada empresa, modelo que privilegia a autonomia das partes sobre a rigidez legal. O PL 5281/2025 segue trajetória distinta, optando por fixar diretamente na CLT os parâmetros de exceção e as sanções administrativas, sem depender de acordo coletivo prévio para que o direito produza efeitos. Essa escolha metodológica, mais próxima da tradição regulatória brasileira do que do modelo negociado francês, tende a acelerar a efetividade da norma, mas também reduz o espaço de adaptação setorial que caracteriza ambientes tão diversos quanto a operação portuária, o comércio varejista e o trabalho remoto de escritório, cada um com dinâmicas próprias de urgência e de disponibilidade.

O caminho do PL 5281/2025 dentro da Comissão de Assuntos Sociais ainda está em aberto, e a experiência recente com o PL 4044/2020 sugere que propostas dessa natureza podem permanecer em tramitação por anos antes de qualquer definição final. De qualquer modo, o simples fato de o tema retornar ao Congresso Nacional, associado ao movimento regulatório da NR-1 sobre riscos psicossociais e ao número crescente de decisões judiciais tratando da hiperconexão como fator de dano ao trabalhador, indica que o setor produtivo brasileiro deve se preparar, desde já, para operar sob parâmetros mais explícitos de desconexão, aprovada ou não a lei nesta legislatura específica. A prudência recomenda que empregadores revisem políticas internas de comunicação fora do expediente, formalizem critérios objetivos para situações de urgência real e documentem a excepcionalidade dos chamados, de modo a reduzir exposição tanto sob a lente atual da jurisprudência quanto sob o eventual regime legal que se desenha no horizonte próximo.

Thiago Benito Robles escreve quinzenalmente para o BE News